

«CAPITALISMO DE ESTADO OU
CAPITALISMO LIVRE É SEMPRE
CAPITALISMO».

Galvão de Melo

A Voz de Loulé

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

PORTO
PAGO

(Preço avulso: 5\$00)	N.º 755	Composição e Impressão «GRÁFICA EDITORA» Av. João Ferreira da Maia, 20 Telef. 92091 RIO MAIOR	DIRECTOR E PROPRIETÁRIO José Maria da Piedade Barros	Redacção e Administração GRÁFICA LOULETANA Telef. 6 26 36 LOULÉ
ANO XXVII	6-12-1979			

Vitória decisiva de um Povo que escolhe um

RUMO À DIGNIDADE

O VOTO CONSCIENTE DOS QUE ESCOLHERAM A ALIANÇA DEMOCRÁTICA SIMBOLIZA A VONTADE DECISIVA DE UM POVO QUE QUER SER LIVRE PARA RESPEITAR TRADIÇÕES DE UM PASSADO GLORIOSO E LANÇAR-SE COM ENERGIA NA SENDA DE UM FUTURO RISONHO DE FRATERNIDADE E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA PARA TODOS OS PORTUGUESES.

A DERROTA DA ESQUERDA É A DERROTA DOS TRAIDORES DE PORTUGAL.
DIGNIFIQUEMOS OS MELHORES.

Aniversário d' «A Voz de Loulé»

O NOSSO EMBLEMA É UMA POMBA
A NOSSA VONTADE É UM AMIGO

Por
LUIS PEREIRA

Comecei aqui a abrir a alma. De cabeça erguida. Decidi assumir responsabilidades. Um acto voluntário, escrever como homem livre, esforçar-me por con-

seguir melhor. O jornal da minha terra tem cumprido, os leitores poderão ajuizar da nossa conduta. Nunca formei o corpo do jornal para receber dólares ou rublos. Sempre falei de homem para homem. O diálogo, porém, está sempre em aberto. Isto para para aqueles que nos combatem, que nos intimidam

com cartas anónimas. Um jornal pequenino que tem colocado naturalmente a pessoa humana em primeiro plano. Não tivemos necessidade de darmos um só passo atrás, aperfeiçoámos as nossas expressões, considerámos o pensamento livre, não nos ocupámos de argumentos sofisticados. Pensámos na nossa terra, no nosso Povo, naqueles que labutam o dia a dia, aqui ou no estrangeiro. Considerámos todos os Portugueses. «A Voz de Loulé» faz anos. Testemunho de continuidade. Sinto penetrar na minha alma um sentimento de consolidação. Apesar de tudo não nos baixámos diante dos nossos adversários. O nosso jornal não morre... ele procura toda a gente. O respeito. A informação. (continua na pág. 9)

NADA DE PROMESSAS MAS...

PPD/PSD QUER A CONCLUSÃO DA BASÍLICA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE

Foi tónica dominante, dentro do programa do IPPD/PSD para as autarquias locais de Loulé, não fazer qualquer promessa de realização disto e daquilo, se conseguirmos vencer as eleições camarárias.

Isto, para não repetir os erros do PS que, em 1976, se prodigalizou a prometer mundos e fundos, e a prova aí está! Vale Judeu muito justamente indignado por não ter luz, (Parragil) arrebitado por continuar sem uma escola condigna, Salir sem água, Alte idem e por aí fora, um nunca mais acabar.

Pois a verdade, é que os candidatos sociais democratas do PPD/PSD, no seu programa, fizeram questão de salientar, e em bastas vezes o confirmam, de que todas as necessidades do concelho referidas, não constituem um rosário de promessas, mas muito simplesmente, uma demonstração de que estão atentos às carências do concelho, e de que tudo farão, dentro das suas limitações de tempo e de orçamentos, o que estiver ao seu alcance, se ganharem as eleições. Prometer, apenas prometem a sua vontade de trabalhar e cooperar

com as populações, o que já não é pouco!

É claro que, não há regra sem excepção. E ela aí está. O PPD/PSD atendendo a que, grande parte da população do concelho de Loulé, pertence à religião católica, e nutre pela Padroeira da Senhora da Piedade uma devoção criteriosa e abnegada, bem como considera que a conclusão e disponibilidade ao culto da Basílica da Santa Padroeira de Loulé, só virá beneficiar e enriquecer (continua na pág. 4)

Para salvar PORTUGAL de utopias delirantes

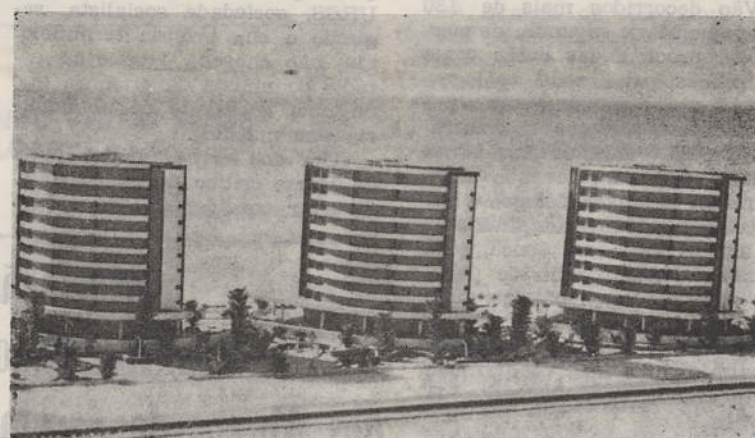
Os «Filhos das Trevas» e os «Filhos da Luz» ante o dever cívico do voto

Segundo a mensagem do Evangelho, os Filhos das Trevas não faltarão com seu voto nos dias das eleições (2 e 16 de Dezembro) enquanto alguns Fi-

lhos da Luz, por descuidado, comodismo ou desmoralizados com a barafunda política reinante, cometem um crime grave ao fal-

(Continua na pág. 2)

Sem solução o problema da habitação?



Por esta maquete se pode avaliar a grandeza do empreendimento que a firma Ângelo Luís Rita & José de Sousa Neto, Lda., pretende construir em Quarteira e que, na opinião dos respectivos sócios, tem sido entravado pela Câmara de Loulé. É este o empreendimento (de 250 mil contos) a que nos referimos no nosso número 753.

O PPD/PSD é a alternativa capaz de derrubar a maioria de esquerda da Câmara de Loulé

destinos do concelho. Trata-se de uma grande responsabilidade, uma vez que, é a política local, ou o poder local como se costuma dizer, que as pessoas sentem ou reagem mais directamente às medidas, ou à falta de medidas, que são ou não tomadas pelos responsáveis autárquicos. Pouco importa ao munícipe,

em termos de implicação directa, se o Presidente da República, ou o Primeiro Ministro, prefere receber prioritariamente a esquerda ou a direita. Tudo isso, lhe soa um pouco longe, porquanto não lhe vai bater audivelmente à porta, não lhe vai entrar pela propriedade, não lhe (continua na pág. 9)

EM 16 DE DEZEMBRO OS LOULETANOS VÃO DECIDIR QUEM HA-DE GERIR OS DESTINOS DA NOSSA TERRA E POR ISSO É IMPORTANTE QUE NINGUÉM FIQUE EM CASA POR COMODISMO OU INDIFERENÇA.

VAMOS TODOS VOTAR.

Os «filhos das trevas» e os «filhos da luz» ante o dever cívico do voto

(Continuação da pag. 1)
tarem ao cumprimento do seu dever, de cujo pecado se arrependem mais tarde.

Foi esta a tônica dos sermões proferidos, durante o verão passado, na alguns templos das doces do Porto, simbolizam, como é sabido, as forças do mal e do bem.

Na Pastoral dirigida aos sacerdotes e católicos do Alto Minho, pela diocese de Viana do Castelo, vamos encontrar este enigmático espiritual dirigido aos seus *filhos da Luz*: «O que nenhum católico responsável pode é instalar-se, sentar-se a mesa dos seus interesses, do seu egoísmo e ficar em casa a espera que os outros lhe resolvam os problemas. Seria um comportamento cívico e moral que levaria o País a situações de mal estar permanente». E mais adiante diz a Pastoral: «Tudo pode acontecer. Mesmo o que não deve acontecer. O que ninguém evitará, depois, são as consequências indesejáveis que nunca se sabe até onde podem chegar».

O castigo do arrependimento não só cairá sobre os Filhos da Luz, mas também sobre a sua — e nossa — Pátria, que necessita de salvar-se, urgentemente, das garras destruidoras de marxismos e socialismos utópicos, desumanos, fanatizados por dogmas ultrapassados pela realidade económica, política e social da Europa livre que nos rodeia e a que a maioria dos portugueses quer pertencer.

MARX E A ESTUPIDEZ INDUZIDA

Vão decorridos mais de 130 anos que Marx expandiu as suas ideias, proclamadas então como científicas pelos seus apólogos. Entretanto, o mundo evoluiu para estádios técnicos e científicos que as teorias de Karl Marx jamais previram, levando ultimamente alguns sociólogos e politólogos a tentar adaptá-las às realidades da nossa época, pela revisão e actualização de parte dos seus conceitos básicos, tudo isto na miragem de que, através de eventos sociais ou políticos, possam vir a ser readmitidas neste mundo desconcertante da política.

Assim, sob as vestes estruturais de um neo-marxismo que, depois de engomado e passado a ferro, proporcionaria aos aspirantes a *apparckiki* (casta de privilegiados que compõem a nova classe soviética) a obtenção de suculentos lugares, mediante a captação de novas e submissas massas de aderentes atraídas pelo delírio estupefaciente da estupidez estruturalmente induzida («slogamania, gritomania, gestão de trabalhadores, controlo operário, luta de classes e formas de luta, ditadura do proletariado e outras cativantes velharias do género»).

MOTORIZADA

Vende-se uma motorizada com 1.000 Km.

Tratar c/ Mário José Coelho Dias — Cabeça d'Águia — BOLIQUEIME.

(2-2)

CASA

Vendem-se 2 casas com 20.000 m² de terreno para semear. Dependências agrícolas, árvores de fruto e sequeiro. Tem água e luz.

Nesta redacção se informa. (6-3)

Nas então remendadas estruturas marxistas, as inovações em material laboral resultariam, tal como até agora, em que produtividade e igual a acção passiva (o que é próprio dos regimes totalitários), pela falta de estímulo criativo e reivindicativo das classes trabalhadoras, o que tudo somado significa que Patrão-Estado, Capitalismo de Estado e o famigerado Centralismo Burocrático são o extintor da luta de classes, após a transformação destas num rebanho de carneiros amestrados.

Como reforço do desenvolvimento crítico que acabamos de expor, transcrevemos a seguir breves passagens da versão espanhola de «La Caida Final» (edição de Plaza & Janes, de Barcelona) extraída do excelente original francês «La Chute Finale» de Emmanuel Todd: «A Rússia já não aplica o princípio mínimo do socialismo: a cada um segundo o seu trabalho e muito menos consegue caminhar para o princípio do comunismo: a cada um segundo as suas necessidades». E porquê? Porque «a Rússia está ligeiramente atrasada com respeito a algumas das suas Repúblicas periféricas, claramente atrasada com relação aos seus satélites e muito atrasada com respeito aos países capitalistas desenvolvidos. Tais atrasos acentuam-se. O marxismo-leninismo não explica esses fenómenos de distorção: provoca-os. Falando em linguagem marxista, podemos dizer que o modo de produção soviético se converteu num obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Em 1976, a URSS, sociedade socialista segundo a sua própria terminologia, não chegará jamais ao estágio comunista da *prise an tas*, de uma sociedade de abundância sem moeda».

«Um dos erros fundamentais de Marx, crítico do capitalismo, é haver considerado que o blo-

queio do aparelho de produção trava o passo a uma forma superior de organização económica. Por outras palavras, não será reformado pelas suas classes dirigentes ou varrido pelas suas classes exploradoras».

SOCIALISMO DESCAFEINADO

Para Portugal, que aspira inserir-se, por sentido geográfico e razões económicas e socialmente preferenciais, na Europa do Mercado Comum e da Economia Social de Mercado, isto é uma Europa que sempre tem recusado qualquer princípio dogmático, colectivista, o período irresponsável e marxizante que o gongalvismo tresloucado nos ofereceu e as tentativas hegemónicas de um socialismo descafeinado pelos resíduos da indefinição e da inanidade ideológica, bastaram para mostrar ao povo português a triste e pouco edificante situação a que esta Nação chegou, devido ao delírio utópico de teorias obsoletas, inadaptáveis a um país em vias de desenvolvimento como é Portugal.

E que além da realidade — da práxis — subsistem outros factores relevantes que invalidam princípios outrora talvez aceitáveis em países bastante atrasados, mas hoje inoperantes pelo desgaste do tempo.

A evolução do mundo actual é uma constante progressiva. Desde a era artesanal à industrial, desde a mecanização à automatização, atingimos o presente estágio da automação (ciências cibernéticas).

Por isso é que a abstenção, nas circunstâncias presentes, deve ser interpretada como uma traição.

Todos nós, bons portugueses, temos o dever, diria a obrigação, de VOTAR PARA SALVAR PORTUGAL — PARA MUDAR PORTUGAL.

J. F. T.

Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária de Loulé

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notária: Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico: para efeitos de publicação que por escritura de 15 deste mês, lavrada de folhas 68 v.º a 75 v.º, do livro n.º C-61, de Notas para Escrituras Diversas, do Cartório acima referido, foi constituída uma associação de fim ideal, denominada «Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Secundária de Loulé», com sede na Escola Secundária de Loulé, freguesia de São Clemente, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado e tem por fim fomentar uma colaboração fecunda e permanente entre os alunos, corpo docente e família, e criar e manter condições para a efectiva participação destas últimas na tarefa que em comum lhes compete, sendo os sócios: os pais ou encarregados de edu-

cação dos alunos internos da escola que o desejem, sendo quantitativo da quota anual estabelecido voluntariamente por cada associado, não podendo ser inferior a cem escudos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 23 de Novembro de 1979.

A Notária,

(Assinatura ilegível)

VENDEM-SE

Apartamentos de 3 assoalhadas em Faro, bem situadas. Trata Manuel Bota Filipe Viegas, Telef. 94115 — Vale d'Éguas — Almancil — 8100 LOULÉ.

COMPRAM-SE TELHAS USADAS

Lusalite ou Zinco

Contactar com José Alberto Gonçalves, Telef. n.º 65321.

HABILITAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 82 a 83, do livro, n.º A-111, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de Juliana Abilheira Murta, ocorrido no dia 27 de Dezembro de 1974, na Rua Infante D. Henrique, desta vila e freguesia de S. Sebastião, onde

habitualmente residia, natural da freguesia dita de S. Sebastião, no estado de casado em primeiras núpcias de ambos e segundo o regime de comunhão geral de bens, com Joaquim Inácio Júnior, actualmente seu viúvo, natural da freguesia de S. Pedro, concelho de Faro, residente nesta vila, que não deixou parentes em linha recta, foi habilitado como seu único herdeiro, testamentário, seu referido marido, Joaquim Inácio Júnior.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 22 de Novembro de 1979.

O segundo ajudante,
Fernanda Fontes Santana

HABILITAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno
António da Rosa Pereira
da Silva

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 71, v.º a 72, v.º, do livro n.º C-111, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por

óbito do Dr. Aires de Lemos Tavares, ocorrido no dia 18 de Setembro de 1976, na Av. José da Costa Mealha, desta vila e freguesia de S. Clemente, onde habitualmente residia, natural da freguesia e concelho do Gavião, no estado de casado em primeiras núpcias de ambos e segundo o regime da comunhão de adquiridos, com Marília do Resgate Faísca Tavares, actualmente sua viúva, natural da freguesia de Santa Maria, concelho de Tavira, residente na referida Av. José da Costa Mealha, desta vila, sem parentes em linha recta, foi habilitada como seu único herdeiro, testamentário, sua mulher, a referida, Marília do Resgate Faísca Tavares.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 23 de Novembro de 1979.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

HABILITAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º Cartório

Notário: Licenciado
Nuno António da Rosa
Pereira da Silva

Certifico, nos termos do art.º 97.º do Código do Notariado, que, por escritura de hoje, lavrada de fls. 90, v.º a 91, v.º, do livro n.º A-111, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi declarado que por óbito de David de Sousa Apolónia, ocorrido no dia 8 de Outubro do ano corrente, na povoação e freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, onde habitualmente residia, natural da referida freguesia de Boliqueime, no estado de solteiro, maior, que não deixou testamento nem parentes em linha recta, foi habilitada como seu único herdeiro, sua irmã germana:

Aldemira de Sousa Apolónia ou Aldemira de Sousa Apolónia Dias, casada segundo o regime da comunhão geral de bens, com Guilherme de Sousa Dias, natural e residente na povoação e freguesia dita de Boliqueime.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 27 de Novembro de 1979.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE LOULÉ

Proc. n.º 6-A/79 - 2.ª Secção

ANÚNCIO

(Publicação única)

Faz-se público que, em 23 de Novembro do corrente ano, nos autos de acção especial requeridos por Maria Correia Labisa e José de Sousa Labisa, residentes em Córregos de Santa Luzia, S. Clemente, Loulé, a correr termos na 2.ª Secção deste Tribunal, foi proferida sentença julgando justificada a morte presumida de José Correia Labisa, viúvo, nascido a 19 de Março de 1879, que se ausentou para a Argentina em 1926, e que residiu no sítio dos Córregos de Santa Luzia, S. Clemente, Loulé.

Loulé, 26 de Novembro de 1979.

O Juiz de Direito,
Mário Meira Torres Veiga

O Escrivão de Direito,

João Maria Martins da Silva

PARA OS QUE TÊM OUVIDOS E NÃO OUVEM PARA OS QUE TÊM OLHOS E NÃO VÊEM

V

Continuamos hoje a referir-nos ao folheto deixado pelo Dr. Marçal Pacheco que de longada vimos tratando para melhor ser compreendido em todos os seus intrínsecos detalhes, para um julgamento sereno e imparcial do que bem foi apreciado e acrimenadamente comentado, comentários esses em que a eloquência anda a par do crítico desmoldado com vista aos desmandos que acusava os governantes do seu tempo, dizendo deles «Terem escalado as cadeiras dos Ministros por manobras tortuosas e processos desleais (sic).»

Tratava-se de um orador fluente e combativo que não deixava para amanhã o que tinha para dizer hoje, e por assim ser, os próprios adversários o tinham em boa conta e valor e altamente consideravam e respeitavam.

A seu tempo aqui estamparemos o que dele disse com admiração, um militante do partido progressista, — Como já dissemos o Dr. Marçal Pacheco militava no partido regenerador, — fazendo-lhe a justiça de que entendia ser ele merecedor por sua inteligência e desassombro de atitudes e honestidade, bem como idoneidade moral, e também coragem, considerado um verdadeiro e ímpoluto português.

Há que recordar e ter em conta que a sua época foi pródiga em homens de escol, homens esses que ficaram para a história, muitos deles até atingiram projecção internacional, valor e projecção que chegou até nós, alguns mesmo atingiram o nosso século e cujos nomes e valor são citados ainda para além de nós e que não são tão poucos como isso.

E esses homens foram figuras gradas da nossa terra, sem favor: na «Arte», na «Ciência», na «Oratória», nas «Letras», na «Música» e, como «Humoristas» e «Historiadores» e até na «Política» sim, também na política e no entanto, essa política foi aquela que Marçal Pacheco vituperou no seu folheto.

Damos aqui os nomes de alguns desses grandes vultos que fazem parte da história pátria e que decerto quase todos os portugueses, do seu tempo conheceram e os mais novos conhecerão por suas obras de real valia.

António Feliciano de Castilho — Poeta e Romancista; Alexandre Herculano — Historiador,

Poeta e Romancista; Camilo Castelo Branco — Romancista; D. Francisco Manuel de Mello (Conde de Ficalho) — Escritor; António Augusto de Aguiar — Químico, Político e Orador; Herme-negildo Capelo — Militar e Explorador; Antero do Quental — Poeta; Eça de Queiroz — Romancista; António Cândido — Escritor e Orador; D. João da Câmara — Poeta e Autor Dramático; Conde de Sabugosa — Poeta e Pesquisador; Fialho de Almeida — Escritor; Hintze Ribeiro — Orador e Político; José Tomaz de Sousa Martins — Médico e Cientista; — Serpa Pinto; Oficial da Marinha e Explorador; Serpa Pimentel — Escritor e Político; Pinheiro Chagas — Historiador, Dramaturgo e Político; José Maria de Alpoim — Político e chefe do Partido Progressista — Dissidente; António Rodrigues Sampaio — Jornalista e Político; Alfredo Pimentel — Escritor; Fontes Pereira de Mello — Estadista e Chefe do Partido Regenerador; Teófilo Braga — Poeta, Crítico e Filósofo, e João de Deus — Poeta e Autor da Cartilha Maternal.

Foi este friso de alguns dos vultos mais importantes, do nosso País, que encheram uma época que foi a do Dr. Marçal Pacheco.

Eles aqui ficam para conhecimento dos mais novos, dado que já temos, ouvido perguntar-lhes pelos nomes referidos e eles responderem que não conhecem, o que é lamentável.

E porque esta dissertação apreciativa já vai longa, passemos ao folheto de que vimos tratando.

FALA O VELHO PORTUGAL

Oíçam-me agora os homens do poder!

Escalastes as cadeiras de Ministros por manobras tortuosas e processos desleais. Viveis, há longos meses, de expedientes transitórios, e de vergonhas do meu e nosso orgulho.

Conservais as insígnias do mando com exhibições de força e por espírito estreito de facção. Mas o que é que tendes praticado a bem dos meus interesses, e à glória do meu nome? Haveis rasgado as folhas da constituição do reino, ofendido todos os princípios do sistema representativo, e desfeito todas as práticas e tradições da liberdade individual. Nunca, ainda nos tempos mais revoltos das guerras civis, quando o império das circunstâncias vencia escrúpulos de legalidade, foi tão extenso, como agora, o predomínio do arbítrio de um governo, e falou tão discricionária a vontade pessoal dos ministros. Mas que reformas, salutareis e que providências de largo alcance me outorgastes vós então, para que tamanhos desregramentos vos sejam perdoados? Que tendes feito para minorar os meus infortúnios, acudir aos meus desastres e deter o curso da minha desgraça? Pregois o menosprezo de formalismos estereis, e viveis no engano de que vos basta a força pela força... Que perigosa levandade vos conduz, que dementado juízo é o vosso? Mas não vedes que a força pela força é tão legítima em vossas mãos ambiciosas, como nas mãos do sicário o bacamarte, ou nas de caserio o punhal do anarquista? Ignorais, acaso, que os defeitos de uma lei são preferíveis às virtudes de um arbítrio, e que, arbítrio por arbítrio, vale tanto o vosso que é agressivo, como outro destinado a combater-vos?

E, contudo, e uma vez que entrastes no caminho perigoso do Arbítrio, a quantas obras de valor, a quantos actos perdáveis

poderia andar ligar o vosso nome?

A voz austera da justiça exige que o imposto, que deve representar para todos um sacrifício igual, seja lançado sobre os rendimentos em razão fortemente progressiva, para que se realize essa igualdade. A ciência jurídica do nosso tempo aconselha que um pesado imposto da mesma natureza onere também a transmissão das heranças, que não recaiam em ascendentes, ou descendentes, entre cônjuges ou irmãos. A equidade e a pobreza angustiosa do tesouro reclamam que as transmissões da propriedade móvel, nomeadamente, a de títulos do Estado, de empresas e companhias, sejam tributadas como são as transmissões, de toda a ordem, sobre prédios rústicos e urbanos. Porque é, então, que vós, não deferis, em reformas proveitosas, às indicações da Justiça, aos conselhos do direito e às urgências do tesouro?

Quando os impostos incidem sobre mim com tanta desigualdade, que nalguns pontos, me fazem golpear sangue, ao passo que noutros nem chego a saber se existem, porque é que vós não procedeis, já e de vez, com rigor inexorável, à sua repartição equitativa?»

Acabaram de ler, não é verdade! Apetece dizer que quem fala assim não é gago! E até que se vivesse na nossa época, o menos de que poderia ser acolhido era de comunista, quando não passava de um português justo.

Por isso continuaremos.

M. J. Vaz

GOLFE

GOLFISTAS DE TODO O MUNDO FAZEM TESTES PARA PROFISSIONAIS NO ALGARVE

Nos campos de golfe Dom Pedro (Vilamoura) e Quinta do Lago (Almancil) decorreram as provas da Escola de Qualificação da E. T. D. P. (Divisão de Torneios Europeus de Jogadores de Golfe), em que participaram 300 jogadores vindos da Europa e América. A competição permitiu a obtenção do cântico da E. T. D. P., o qual dará o direito a participarem nas competições europeias de golfe em 1980, o que apenas foi conseguido por 90 jogadores. Destes quatro igualaram o par da Quinta do Lago e um, Charles Cox, igualou o par do Dom Pedro (Vilamoura), marca que nos dois campos é de 72 pancadas. Todos os competidores

NOTÍCIAS PESSOAIS

● FALECIMENTOS

No passado dia 22 de Novembro faleceu no Hospital de Faro, a sr.^a D. Maria da Conceição Pereira, que deixou viúvo o sr. Francisco de Sousa.

A saudosa extinta era mãe de sr.^a D. Maria Guerreiro de Sousa, casada com o sr. António Correia Guerreiro e do sr. Manuel de Sousa, casado com a sr.^a D. Leonor Estevão Guerreiro, e cunhada do sr. Capitão Manuel de Sousa, nosso velho e dedicado assinante e da sr.^a D. Isabel Maria de Sousa e do sr. José Rita de Sousa, todos naturais de Clareanes, freguesia de S. Clemente (Loulé).

A saudosa extinta deixou duas netas: as meninas Rosa Maria de Sousa e Isabel Maria de Sousa.

— Em casa de sua residência em Loulé, faleceu no passado dia 19 de Novembro o sr. Benvido José de Sousa (mais conhecido por Cabo Sousa), que contava 85 anos de idade e era viúvo da sr.^a D. Maria da Conceição Mendes de Sousa.

O saudoso extinto, que durante muitos anos foi comandante do posto de Loulé da G. N. R., era pai das nossas conterrâneas sr.^{as} D. Ermelinda das Dores Pinto, casada com o sr. Manuel Gonçalves.

ILUMINAÇÕES DE NATAL EM FARO

A Câmara Municipal de Faro promove de novo este ano, reatando uma tradição interrompida durante alguns anos, as iluminações natalícias nas Ruas D. Francisco Gomes e de Santo António e artérias confluentes.

ves Pinto (ambos falecidos); D. Júlia de Sousa Baptista, já falecida e que era casada com o sr. António Gonçalves Baptista, residente no Entroncamento e da sr.^a D. Joana Mendes de Sousa Neves Pereira, viúva do sr. Eng.^o João Neves Pereira.

Deixou 4 netos e 8 bisnetos.

— Faleceu há dias, no hospital de Faro, o sr. Francisco Martins, que contava 66 anos de idade e era natural da freguesia de Alte e conhecido comerciante no mercado público de Loulé.

O saudoso extinto, que deixou viúva a sr.^a D. Aurora do Nascimento Maria Afonso era pai das sr.^{as} D. Maria Graciete Nascimento Martins Saraiva, casada com o sr. Carlos Alberto Saraiva; D. Irene de Jesus Nascimento Martins, casada com o sr. Horácio Serafim Paulino; D. Ermelinda Nascimento Vitorino, casada com o sr. Américo da Silva Vitorino, do sr. Eduardo Nascimento Martins, casado com a sr.^a D. Fernanda Firmino Rodrigues Martins e do sr. José Raúl Nascimento Martins, casado com a sr.^a D. Ilda Maria André Martins. Deixou 8 netos.

As famílias enlutadas endereçamos as nossas condolências.

PRESENÇA DO BRASIL NO FESTIVAL DE FOLCLORE DE ALGARVE 1980

A quando da memorável jornada de encerramento do Festival Nacional de Folclore do Algarve, ocorrida em Setembro último, na Praia da Rocha, foi anunciado o propósito de que aquele importante acontecimento viesse a contar com a participação de folclore dos países de expressão portuguesa, nas suas futuras edições.

No sentido de concretizar aquele propósito estão sendo efectuados vários contactos. Assim o dr. Ismael Ribeiro da Cunha (presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve, entidade organizadora do Festival) foi recebido na Embaixada do Brasil, em Lisboa, onde encontrou a melhor receptividade para a ideia. O Embaixador, dr. Casiro Alves, informou da disposição das autoridades brasileiras em apoiar a presença do folclore brasileiro no Festival de Folclore Algarve 1980.

O Presidente da Comissão Regional de Turismo do Algarve, que se encontra no Brasil a fim de participar no Congresso da APAVT (Associação Portuguesa das Agências de Viagens e de Turismo) e na Braspor (I Feira Luso-Brasileira de Turismo), que decorrerá na cidade de São Salvador da Bahia, vai reunir com o Presidente do Instituto Nacional de Folclore do Brasil para tratar da presença de um agrupamento brasileiro folclórico no referido Festival.

VENDEM-SE

As seguintes propriedades:

- No sítio de Bruzias (Vale Telheiro)
 - Poço Geraldo (Vale Telheiro)
 - Morgado da Tôr
 - No sítio da Nora da Tôr e na Ponte da Tôr, freguesia de Querença
 - No sítio da Vargem das Pereiras da Tôr.
- Tratar com: Viúva de Manuel Sebastião Jorge — Morgado da Tôr.

EXPOSIÇÃO DE ARTE SACRA MARIANA EM FARO

De 7 a 15 de Dezembro estará patente no Seminário de São José, em Faro, promovida pelos Secretariados Diocesanos da Arte Sacra e da Pastoral da Juventude, uma exposição sob o tema «Maria na religiosidade popular».

VAI A LISBOA?

Visite e hospede-se no Hotel Lis, o mais central de Lisboa. Óptimas instalações, o melhor preço e ambiente familiar.

Situado na Av. da Liberdade, 180 — Telefones 537771 e 563434.

(8-6)

Mais de duzentos canadianos no «III Torneio Anual C. P. AIR»

Num voo especial da Canadian Pacific vieram ao Algarve, pelo 2.^o ano consecutivo disputar o «Torneio Anual da C.P. Air», 210 golfistas canadianos agrupados em equipas constituídas por 3 amadores e 1 profissional.

Este certame, que teve a companhia-lo uma equipa de jornalistas daquele país, conheceu o patrocínio da Canadian Pacific Air (C. P. Air), do Centro de Turismo de Portugal no Canadá e da Sogrape (Mateus Rosé, Casal Garcia e Grão Vasco), sendo a organização da «Golf Holidayis». Os prémios pecuniários ascendiam aos dez mil dólares, enquanto aos amadores foram atribuídos artísticos troféus constituídos por peças de artesanato português. De referir também o troféu «Mateus Rosé», uma peça de inédito «design» a ser disputado durante 10 anos. O jantar de distribuição de prémios, que decorreu no Hotel Montechoro, constituiu

festiva jornada de confraternização, havendo usado da palavra, entre outros Jorge de Abreu (pela Comissão Regional de Turismo do Algarve), Miguel Jardim (Director do Centro de Turismo de Portugal no Canadá), Arménio Simões (da C. P. Air) e António Raposo (responsável na Sogrape pelo mercado americano).

CONCERTO CORAL

DE NATAL EM FARO

O já tradicional «Concerto de Música Coral Natalícia» com que o Coro do Conservatório Regional do Algarve anualmente brinda a cidade realiza-se no dia 22 de Dezembro (sábado), pelas 21,30 horas na Sé Catedral de Faro.

LOULÉ, CINCO ANOS NO CULTIVO DA CORRUPÇÃO

Ainda festejávamos alegremente a queda do Fascismo e saboreávamos os aperitivos Democráticos da Liberdade, quando a nossa Câmara de Loulé se viu liberta dos tradicionais Presidentes impostos ou nomeados.

Uma Comissão de elementos, denominada Administrativa, composta por sete indivíduos (Machado, Andrade, Cortes, Simões, Centeio, Bruno e Celestino), tomaram conta dos destinos do maior Concelho do Algarve. Ao que deixou parecer, nomearam-se a eles próprios e estavam muito longe de representar a vontade da maioria, dado não só a sua conotação com a esquerda como também, a sua atitude oportunista. Em boa verdade, não se podia aceitar como crime, o ser da esquerda, nem constituía pecado o mudar de casaco. O que estava em causa, isso sim, que seria o desejo unânime da população, era o de ver desaparecer, as poeiras burocráticas e corruptas, dos armários do Município Louletano! Tal não aconteceu e, quinze meses de administração, foram insuficientes para eliminar os maus hábitos do favoritismo e compadrio. Poderá mesmo supor-se que o oportunismo exterior e interior, a ambição pelo poder, por parte de alguns, acabaram por destruir a boa vontade dos restantes. Enfim, um pouco por culpa de todos nós!

Attingiu-se o quente verão de 75 e surgiram pressões e fogo cruzado de todos os lados, deitando por terra a pouco gloriosa Comissão Administrativa. Era a hora H dos habilidosos e era o momento próprio para os viajantes conquistarem novos Mercados, altura propícia para a confissão em terreno público, da ignorância política. Utilizaram-se todos os truques da humildade, usaram-se os influentes amigos de Política contrária para trepar ao poder.

Destituída em Novembro de 75 a Comissão Administrativa de Loulé, surgiu a Comissão de Gestão: Andrade, Palma e Pedrosa, um alívio em muitos cérebros, um esfregar de mãos de satisfação, uma esperança para os mais vocacionados ao favoritismo? Talvez! Mas talvez ninguém admitisse, que estavam criadas as condições para um futuro Presidencialismo, para uma maior burocracia corrupta, alicerçada no compadrio.

Com pouco mais de um ano

de duração, terminou a Comissão de Gestão, para termos finalmente uma Câmara eleita pelo povo, uma Assembleia Municipal com poderes deliberativos, e fiscalização dos actos da Câmara ou seja do Executivo e também ela, eleita pelo povo.

É verdade, também o Salazar tinha os seus ministros, a sua Assembleia de Deputados, mas quem mandava? De quem servia um ou outro estar em desacordo. Quem mandava? A maioria.

Poderão os leitores perguntar o que fizeste tu na Assembleia

Municipal de Loulé, o que fez esta, para que serviu? Caro leitor, acenou! Foi precisamente isso que aconteceu, quando as pessoas desde miúdos se habituam a dar murros nas mesas, a considerarem-se insubstituíveis, só na presidência se sentem bem, nada há a fazer. Têm sempre razão porque o bom Comerciante é assim mesmo. Um bom Ditador é sempre um bom Presidente, ainda que seja em Democracia. Foi assim a nossa Democracia dos últimos cinco anos em Loulé.

M. FARIA

PPD/PSD quer a conclusão da Basílica de Nossa Senhora da Piedade

(continuação da pág. 1)

cer, não só espiritualmente, todo o concelho, acha portanto o PPD/PSD que se os louletanos lhe derem o voto de confiança para gerirem os destinos municipais, envidará imediatos esforços orçamentais, técnicos e de influências, para que finalmente se conclua as obras que se encontram paralisadas há bastante

tempo. Independentemente de um «viva a Mãe Soberana» com que os católicos do PPD/PSD saudarão este facto, o respeito que lhes merecem todas as outras religiões está devidamente expresso no seu programa autárquico.

Será que, finalmente iremos ter a Basílica da Senhora da Piedade? O Povo decide, a 16 de Dezembro.

F. T.

Vivemos numa paz de sangue e ódio

por MACHADO PINTO

O Mundo atravessa um momento de revisão política. Disso já poucas pessoas terão dúvidas. O problema está em saber se, para melhor ou pior.

O panorama em que vivemos não é nada animador, sobretudo se tivermos em conta o que se passa no Médio-Oriente, onde o fanatismo islâmico põe a paz em perigo.

Na Europa, o quadro não é menos preocupante, com os seus conflitos, os ataques à mão-armada e os assassinatos políticos, dizendo-se até que os terroristas italianos dispõem já de mísseis, para ampliar o seu poderio. Por outro lado, na África e na Ásia, prossegue a luta de guerrilhas. Na América Central, sucedem-se os golpes de Estado. As dificuldades económicas da maioria dos povos e o problema

do petróleo, provocam acontecimentos de ordem política e social por toda a parte. É um nunca mais acabar de surpresas, transmitidas, diariamente, pelas agências internacionais de informações.

Perante tudo isto, sucedem-se as conferências e as chamadas mesas-redondas, tantas vezes dominadas por eminências-pardas, que tudo vão adiando, na esperança de que os problemas se resolvem por si próprios, e até para a «O. N. U.», parece que parar é resolver.

Fala-se muito de paz, mas prepara-se a guerra. Já assim falavam Hitler e Estaline, quando firmaram o pacto de não-agressão, em 1939, que levou à ocupação da Polónia e à Guerra. O próprio Chamberlain, chegou a convencer-se de que a cedência dos sudetas aos alemães, em 1938, salvaria a paz, esquecendo-se que os países totalitários só se satisfazem com as indigestões.

Uma paz mutilada, com a Alemanha espartilhada, povos ocupados, sem liberdade e sem esperança, domina na verdade a vida dos nossos dias. De forma que, em conclusão, poderemos dizer que a guerra pode até reter de um momento para o outro, e é nosso dever estarmos preparados para ela. Na realidade, vivemos, bem se pode dizer, numa autêntica paz de sangue e ódio.

VITÓRIA DA «ALIANÇA DEMOCRÁTICA»

proporciona não só o «sonho do emigrante» como a sua «indiscriminação cívica»

É sem sombra de dúvidas, que o emigrante, na generalidade dos portugueses, sonha com o regresso à sua terra, uns para sempre, o mais vulgar, outros por períodos condicionados às suas disponibilidades de vida.

Tudo o emigrante é consumido pela saudade, acaalando ansiosamente a esperança, de futuro, se fixar para sempre ao seu torrão natal.

Ao regressar de todo ou por estadia curta, no caso dos emigrantes europeus e principalmente os de maior número, de França, além das saudades que os movem e motivam à vinda, existe também a ideia preconcebida de apreciação do ambiente, com o fim de encontrar algo, de interesse ao empate das economias canalizadas para o seu país.

Perante a situação de degradação geral de todos os sectores e, dos poucos que ainda lhes não está vedado, o da habitação, em crise há muito assustante, que poderia sofrer um pouco do alento das economias dos emigrantes, possibilitando-lhes um rendimento justo e aliciente, nem esse, embora pela amargura, os poderá interessar nas actuais circunstâncias.

Assim têm os emigrantes muitas reduções «chances» de auferirem um compensador e justíssimo rendimento das suas poupanças, que pelo sistema de atrofamento económico, vigente, à iniciativa privada, se têm vindo a acumular sob a forma de depósitos a prazo nos bancos estatais e instituições efímas, para permanecerem praticamente imobilizadas a vencerem um juro, que não cobre a galopante inflação; por consequência numa situação estática e cómoda para o depositante mas de dividendos reais negativos, que a continuar o esmagamento, seria a arte de empobrecer em pouco tempo alegremente o depositante incauto por ir no engodo do processo.

Conta a «Comunidade Portuguesa», 3 milhões de emigrantes disseminados pelo nosso «Mundo» com uma maioria na Europa e 10 milhões de cidadãos residentes em Portugal sensivelmente, tendo estes uma representação parlamentar de 248 deputados e aqueles 4 somente.

Este contraste de flagrante discriminação democrática cívica é escandalosa por absurda, evidenciando uma injustiça a coberto dum «Constituinte Socialista Marxista» que por tão recheada de conteúdo socializante marxista permite casos paradoxais como este e muitos outros de consequências aviltantes e dramáticas no todo nacional, mas assim mesmo caracterizada, distinguida e aureolada por miopia, utopia e falsidade dos seus apeniguados mentores como deslumbrante-

mente «democrática». Esta «Constituição» presta-se por ordenada à defesa de situações, posições e interesse de certas forças políticas partidárias, cliques ou oligarquias verdadeiramente carenciadas e inibidas psicologicamente da pragmática democrática, tornando-se por tal e por tudo inválida a sua aplicação ao «Caso Português Nacional» sem correcções substanciais ou nulificação, pela impossibilidade «Governação» a que conduz.

No que respeita ao emigrante, temos mais a assinalar, por de muita importância e chocante, o facto de não participarem na eleição do «Presidente da República», «Órgão do Poder» da máxima representatividade pessoal e do Estado, sendo inadmissível que uma tal «Constituição Política», que se pretendia democrática, isenta, aliene e discrimine cidadãos da mesma nacionalidade.

Além destes exemplos aberrantes, é essencial também, uma nova lei eleitoral de voto obrigatório, de suma importância numa «Democracia Pluralista Política» que se pretende responsável e coerente.

Por estes dados concretos, não desprezíveis, se conjectura, quanto de preconceitos honestos e consciência democrática cívica, obedeceu à elaboração, à aprovação sofismada e forçada da nossa rica «Constituição Socialista», que por tão desajustada e subvertida dos valores intrínsecos à vida na via democrática, tocou totalmente o processo em que se havia inspirado a edificação e consolidação do «Novo Portugal».

A «Aliança Democrática», promoverá as condições a permitir a estabilidade nacional tão necessária à eficácia do seu «projecto», pela execução do programa visado que inclui com relevância por acutillante os problemas surgidos pelas questões e respeito aos emigrantes que pela grandeza e premência merecem atenção cuidada, carinho e a devida consideração na reposição da justiça e da consciência democrática.

Também pelas questões económicas e financeiras de vulto, que afectam o futuro de vida dos emigrantes e não só, como de todos, pelo que implicam com o desenvolvimento e reconstrução do país, que fatalmente se impõe de vez, como única saída de «Solução Nacional», perante o caos, na defesa dos consagrados valores de raiz, que ditam a nossa maneira de estar no «Mundo» e na evolução histórica, que ora se depara a toda a «Comunidade Portuguesa», afinadamente se empenhará com a resposta certa, porquanto se identifica com o «Poder» da maioria do «Povo».

FILIPPE VIEGAS

Tentativa de boicote da AD em Tavira

COMUNISTAS E SOCIALISTAS EM DESESPERO

Desesperados pelos saldos desastrosos da sua campanha, comunistas e socialistas entraram em pânico perante a força e adesão demonstradas pela Aliança Democrática, até em redutos onde, ainda não há muito tempo, os esquerdistas se passeavam como donos e senhores.

Foi assim em Vila Real de Santo António, foi assim em Olhão, Silves, Lagos, foi assim por todo o Algarve, Alentejo, foi assim por Portugal inteiro. Postos perante a evidência, a resposta dos esquerdistas não se podia deixar de fazer esperar. Através da única linguagem que verdadeiramente conhecem: a calúnia, a mentira e a violência. Só assim, eles conseguem amedrontar alguém. Só assim eles conseguem amedrontar alguém. Porque agora, o Povo já saiu à rua, a rua é do Povo, e Portugal já não pára perante chantagens e ameaças.

Em Tavira, um grupo de bandidos marxistas, pretendeu boicotar o comício da AD. Para tal arranjaram umas dezenas de arruaceiros que, através de assobios, vaias e apupos, impediram durante uma parte do comício, uma perfeita audição dos discursos dos oradores. Até que,

com a reacção da assistência, os referidos marginais, subiram todos ao 2.º balcão, onde permaneceram insultando, lançando detritos sobre a plateia, mas só até à chegada das autoridades, que colocaram imediatamente os desordeiros na rua. Prosseguindo o comício, agora já com maior normalidade, este durou até à altura em que um engenho de fumos reventou num sanitário, o que levou os promotores, como medida de precaução, a dar por encerrada a sessão. Já cá fora, os esquerdistas ainda tentaram virar alguns carros de alguns assistentes, mas estes conseguiram arrancar sem problemas de melhor.

Por aqui se espelha a democracia de tais canalhas. Se um dia chegassem ao poder, exerceriam a maior e mais aberrante das ditaduras: a ditadura dos estúpidos. Se ninguém lhes vai boicotar os comícios, porque não-de esses indivíduos meter-se onde não são chamados? Cada um deve ser livre de escutar quem quiser, sem ser incomodado por semelhantes bandoleiros. Isto é que é a democracia, e é assim que a entendemos e praticamos.

S. A.

O PROBLEMA HABITACIONAL

O problema da habitação é, de entre os muitos com que o País se debate, um dos mais graves. Nunca será demais, portanto, chamar a atenção dos responsáveis pelo bem-estar moral e social dos cidadãos — e somos todos nós — para a necessidade, em cada ano que passa mais imperiosa, de se promover ou impulsionar a construção de moradias onde as classes trabalhadoras possam encontrar alojamento condigno.

Famílias sem lar próprio, confortável e salubre, são permeáveis à indiferença, à perturbação, a tudo o que contraria uma saudável e útil convivência social.

A família é a base de uma sociedade digna e sã; e só com famílias convenientemente instaladas há ordem, paz, harmonia, possibilidade de valorização e maior rendimento do trabalho. Dar uma casa a cada família portuguesa é um problema cheio de complicações e erigido de espinhos. Mas é exactamente por isso

que deve ser encarado com inteligência, perseverança e espírito de solução prioritária.

O rural — tão esquecido! — tem direitos iguais aos de qualquer cidadão do seu país. E para que ele não emigre, não abandone a terra em que nasceu em busca de uma existência mais favorável noutros meios, urge fixá-lo ao torrão natal, para o que há que proporcionar-lhe a melhoria, em todos os sentidos, das condições de vida. Acima, porém, de tudo o que possa e deva conceder-se-lhe, está a casa.

Não se pode criar uma nação próspera e forte, se um número considerável dos seus habitantes viverem, sem culpa própria, em espeluncas sombrias, numa promiscuidade que, se é nefasta sob o ponto de vista moral, também não deixa de acarretar os mais graves inconvenientes no que respeita à saúde e ao equilíbrio mental. É sabido que a maior parte das doenças, mormente as

infecto-contagiosas, causam maior número de vítimas sobretudo nas classes subalimentadas que vivem em mansardas e tugúrios sem ar e sem luz. Um lar acolhedor e arejado tem um alcance social que nunca é de mais encaixar, pois à medida que aumenta o bem estar numa residência, mais presos a ela se sentem os que habitam ali; tornam-se mais sociáveis, adquirem mesmo novas maneiras, enfim, parece que a vida se lhes torna menos pesada.

Há que solucionar, como é de justiça, o problema habitacional. A empresa é vasta e é complexa, mas vale a pena envidar todos os esforços e fazer todos os sacrifícios para que o maior número possível de famílias disponham de uma casa condigna onde possam criar e educar os continuadores de Portugal.

(Liga Portuguesa de Profilaxia Social)

O PARTIDO DOS GATUNOS

por
NEVES ANACLETO

No livro «A Inventona do 28 de Setembro» quando me refiro ao MDP/CDE chamo-lhe o **repugnante** MDP/CDE, e chamo **trânfugas** aos seus componentes.

Tais referências excluíam o passado dessa organização, passado que fôra de oposição ao salazarismo que durante 48 anos destruiu a liberdade e todo o conceito moral da vida que gerações anteriores edificaram com esforço e tenacidade.

Desterrado em África desde os primeiros alvares do salazarismo, eu, mesmo lá, não perdia contactos com o MDP/CDE cheio de gente nova e prometedora, herdeira do espírito da Renovação Democrática dos princípios dos anos trinta.

Quando dos congressos de Aveiro, eu, mesmo lá longe, fixava aqui o meu espírito que em certa altura começou a vacilar perante erros doutrinais que surgiam e mentiras que se erguiam sobre factos concretos facilmente desmentíveis mas que tinham o efeito de obscurecer o espírito da massa oposicionista acerca deles.

Os autores dessas cabalas não eram os amigos da Verdade; eram arrivistas que se incrustavam num tronco são para colherem os frutos duma árvore que estava em crescimento e que não lhes permitia.

Efectivamente, quando surgiu o 25 de Abril foram eles que vieram a terreno colher o fruto sabroso da árvore que diziam sua com espanto dos que a plantaram.

Mas destes havia muitos que desconheciam a origem daqueles e desde quando haviam chegado, razão que os levou prudentemente a afastarem-se.

Deste modo os arrivistas assestaram-se mais da árvore dos verdadeiros democratas que após a Inventona do 28 de Setembro começaram a debandar das más companhias.

Mas ainda lá ficaram alguns ou muitos.

Porquê? Porque não se aperceberam bem do que estava a passar-se.

Perguntando o «Século Ilustrado», de 19-11-74, a José Manuel Tengarrinha porque é que não respondia à acusação do MDP/CDE de se haver transformado em órgão comunista, respondeu ele: «Pensamos que é incorrecta e antidemocrática a forma como os ataques têm sido feitos...»

E só por essa razão não respondeu...

Não obstante o homem comunista passar universalmente por um ser estúpido, a prática diz-lhe que quem não aparece esquece, e a falta de resposta traduz-se num breve esquecimento.

Porque não houve então resposta à acusação de muitos do MDP/CDE, constituíram um ninho de comunistas?

É que a resposta provocaria a contra-resposta que poderia desmascarar todos aqueles que se acobravam no MDP/CDE para fazerem deste o cavalo de Tróia dentro da nossa Sociedade, e era isso que o comunista Tengarrinha pretendia evitar.

Ainda agora este, ao serviço do PC, pretende fazer-se passar por democrata, ao concorrer às eleições sob a capa de Apu.

É muito tarde para iludir o povo, e poucos serão os democratas que, por inércia, ainda não saíram do MDP/CDE; e aqueles que ficaram ou ficaram são mesmo comunistas ou são imbecis.

Ainda há pouco tempo a valente jornalista Vera Lagoa escrevia que conhecia muito bem as manhas comunistas desde que fora casada com um deles.

Ora este «um deles» era precisamente Tengarrinha que ainda tem o arrojo de pretender que o aceite como democrata.

Não pode hoje haver dúvidas de que o ser comunista é um ente anormal na Sociedade que a Democracia pretende criar e fazer evoluir; trata-se de um ser

mentiroso, um ser caluniador, um ser sem escrúpulos, um ser desleal, ladrão e traidor; de um ser extremamente perigoso para uma sociedade séria e decente.

O homem comunista quer transformar a Sociedade em que vivemos, em Sociedade comunista para dar a felicidade ao povo, e aponta como modelo a Rússia, país a que Cunhal chama país das amplas liberdades.

Ora todos nós, bem como todo o mundo, conhece o que são as liberdades russas: o arquipélago Gou'ag, o partido único, a proibição de criticar o partido comunista ou seja o Governo e seus agentes, a supressão da pessoa mental ou física, a proibição de circular na própria Rússia, a proibição de visitar o estrangeiro. E tão infeliz é o povo russo que quando algum russo tem de ir ao estrangeiro em serviço oficial não regressa sempre que, por distração da polícia que o acompanha, pode encontrar ocasião a pedir asilo político.

O caso da Alemanha está patente no mundo inteiro.

Berlim, capital da Alemanha, foi dividida pelos vencedores após a grande guerra, em duas partes iguais: uma entregue à protecção russa; outra entregue à protecção dos aliados.

A que foi entregue à protecção russa tornou-se comunista; a que foi entregue aos aliados não mudou, ficou no que era anteriormente ao nazismo.

Assim temos uma cidade com metade comunista e metade assente no padrão ocidental.

Feita a paz e entregue as populações a si próprias, a de Ber-

lim oriental, urrou de fugir para a parte ocidental, não comunista; e foi tão grande o êxodo que o Governo comunista da parte oriental teve de, numa noite, com muitas dezenas de milhares de trabalhadores de erguer um muro alto para impedir as fugas permanentes.

Tal muro, que ainda hoje existe, ficou conhecido como «muro da vergonha».

Os povos da Europa oriental que foram obrigados pela Rússia a adoptar o comunismo — Tcheco-Eslóvaquia, Hungria, Polónia e Roménia — deixaram de ser livres e vivem hoje em miséria física e moral.

O que tem sido a liberdade nestes países mostra-nos o que é a vida deles, sujeitos à vontade una da Rússia.

Quando o povo Tcheco, o mais evoluído de todos eles mostrou tendências a liberalizar um pouco a sua vida interna, um exército russo irrompeu das estepes e pôs fim aos seus anseios.

E ainda agora o governo Tcheco, por imposição russa, não deixa de perseguir ferozmente os seus cidadãos que defendam os direitos da pessoa humana.

Economicamente o povo russo, e os povos sujeitos a regime comunista, vivem miseravelmente com as suas necessidades prementes muito limitadas.

Os portugueses que por falta de trabalho tiveram de procurá-lo nos países da Europa, nenhum deles, passante de um milhão, o foi procurar onde não havia: nos países comunistas.

(Continua)

Sem solução o problema da habitação?

Sr. Director de
«A Voz de Loulé»

Acabamos de ler no n.º 753 de «A Voz de Loulé» uma reportagem acerca dos problemas da construção civil em Quarteira, onde se diz que «A Câmara de Loulé ofereceu toda a área de antiga central eléctrica e das retretes públicas contíguas em tro-

ca de uma compensação insignificante».

E porque esta afirmação não corresponde à verdade e atinge a reputação da nossa firma, apressamo-nos a formular o nosso protesto, para esclarecer a opinião pública de que a Câmara de Loulé recebeu, pelo referido terreno de que era proprietária, uma das mais altas (senão a mais alta) indemnizações até hoje praticadas em Quarteira.

A área concedida à Câmara de Loulé atribuiu-se o valor de 4.000 contos (257 m²), importância que nos responsabilizamos entregar se aquela entidade a quiser cedernos.

O terreno que nos foi entregue tinha cerca de 140 m² e por isso entendemos que só poderá considerar o valor da troca como insignificante, quem for mal intencionado.

Faça ao exposto, sentimo-nos pesados por sabermos que alguém usou de má fé ou se baseou em falsos cálculos para informar o autor da referida reportagem.

E porque entendemos que a verdade deve ser dita, não podemos silenciar perante a falsidade da informação vinda a público.

Esperando que esta carta seja publicada no próximo número de «A Voz de Loulé», atenciosamente nos subscrevemos.

Aníbal Madeira & Irmão, Lda.

NOTA DA REDACÇÃO — Ignoramos se a informação que nos foi prestada tinha a etiqueta da má fé ou da ignorância. Acreditamos no que nos disseram porque nos foi transmitido por pessoa responsável em matéria de construção civil, e por isso não nos sentimos culpados do lapso havido.

Já agora aproveitamos para esclarecer que houve um lapso nos números apontados: o empreendimento é da ordem dos 250 mil contos e não 250 contos, o que faz «alguma» diferença.

A TAP - AIR PORTUGAL DE HOJE

por
QUIRINO TEIXEIRA

Em Novembro de 1970 uma revista dedicada ao desporto automóvel publicava declarações do homem que, desde 1959 se dedicou, até à morte, à TAP, e das quais se extrai o seguinte parágrafo: «Em face do novo empreendimento a que ela se vai abalar agora e das ampliações, remodelações e aperfeiçoamentos que se propõe introduzir nos próximos anos, julgo poder dizer, sem exagero, que a TAP se afirmará em breve como empresa aeronáutica verdadeiramente intercontinental, reforçando e estimulando cada vez mais a estrutura económica nacional e as relações sociais e afectivas entre todos os territórios que serve, e contribuindo definitivamente para projectar além fronteiras toda essa vitalidade, com os mais benéficos efeitos no conjunto das relações do nosso País com o resto do Mundo» (!).

Trinta e cinco anos volvidos sobre a sua criação (24 de Setembro de 1944, por decreto-lei n.º 33 967), a TAP é verdadeiramente intercontinental, e de tal maneira que (sob determinado ponto de vista: infelizmente), ultrapassa o próprio País.

É urgente fazer salientar esse aspecto (tão esquecido) de uma empresa portuguesa realizar, diariamente, operações comerciais através de sessenta e nove escritórios seus, implantados em vinte e oito países; colocando os seus aviões em trinta e três aeroportos; representando vinte outras empresas de aviação comercial; englobando sob o seu estatuto nove mil e seiscentos empregados; realizando, anualmente, para Portugal, transferências em divisas no montante de dois milhões de contos...

Factos verdadeiramente importantes que o País — os portugueses, o próprio público da TAP — não deve ignorar.

Um recente gestor da TAP, ao iniciar as suas funções de presidente do actual Conselho de Gerência, afirmou algo tão simples que (talvez por isso) se torna tão importante: «A gestão das empresas públicas mais do que um privilégio para quem a exerce deve corresponder sem ideais preconcebidos às exigências próprias de cada empresa, pondo em primeira linha o interesse supremo da comunidade nos serviços que presta e tendo em conta os anseios e o respeito pelos direitos dos trabalhadores e de quem depende em grande parte o êxito da consecução do escopo estatutário» (!).

E depois: «A TAP tem, assim, um papel primordial na estratégia do desenvolvimento económico do País de que será de destacar, pela sua natureza e importância, também a capacidade actual e potencial da empresa no campo do turismo, interno e do estrangeiro, com o contributo correlativo na captação e poupança de divisas».

Depois de Abril de 1974 a TAP sofreu bastante. Os seus trabalhadores sentiram-se ludibriados, muitas vezes; incompreendidos, outrás; abandonados, geralmente; indisciplinados, em vários sectores; desmoralizados, em geral.

Mas, hoje, a TAP inicia uma fase — «uma nova era» — que a coloca aos olhos dos seus próprios empregados — pelo menos duma grande parte dos seus empregados — como a antiga companhia aérea que alcançara um prestígio tal, dentro e fora do País, que orgulhava qualquer dos seus trabalhadores. Os sinais são mais que evidentes: um seu gestor, em nome do actual Conselho, afirmou ainda não há três meses, que se iria prosseguir uma série de acções a fim de que se desse «continuidade ao processo em curso de implementação de um sistema de planeamento integrado na empresa», e que se iam «concluir os estudos e tomar decisões sobre a reformulação da

frota, assegurando o futuro da TAP como empresa moderna, segura e economicamente viável» (!). Por outro lado, grupos de trabalho, em que estão integrados não só directores, mas também trabalhadores representantes dos vários sectores da Empresa, trabalham afinadamente para que a nova imagem da Empresa não seja, apenas, o novo sigla, a nova pintura, o novo nome mas se embrenhe no estado de espírito de cada um daqueles que, trabalhando na TAP, serve o público: novos uniformes serão implementados a partir de Janeiro de 1980; cursos de Formação e Desenvolvimento de Gestores, Seminários sobre Gestão de Qualidade e sobre Técnicas de Produtividade e ainda sobre Noções Gerais de Marketing, estão já a ser ministrados aos trabalhadores de terra, enquanto um seminário de Técnicas de Observação de Comportamento (STOC) está em curso desde Janeiro deste ano para o pessoal de voo.

E, depois, o galardão de Manutenção e Técnica ganho na América (!) e o Grau de Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique com que o Governo agraciou a TAP, criaram condições moralizantes para todos os que, no dia a dia de trabalho duma empresa de estrutura e acção tão difíceis de se compreender, pelo lado de fora, tentam ultrapassar o pessimismo e a falta de orgulho de muitos de nós, portugueses.

A TAP — AIR PORTUGAL, hoje, continua a ser uma das empresas mais importantes portuguesas, não só pela sua intrínseca acção comercial e social, mas sobretudo pelo estado de espírito que pode criar em cada português: a TAP é geradora de divisas; é criadora de postos de trabalho; possui e faz desenvolver no País as tecnologias avançadas; promove o desenvolvimento do turismo; constitui reserva logística de transporte aéreo nacional; é elemento de divulgação da imagem de Portugal; é elo de ligação entre os comunitários portugueses; é, finalmente, instrumento de bandeira.

Hoje, completando, aliás modestamente, como convém, os seus trinta e cinco anos de actividade, a TAP inicia uma «nova era», uma reformulação mais importante que a da sua frota, mais importante que a da sua nova imagem visual, mais importante que a dos novos uniformes do seu pessoal: essa reformulação acontece no próprio estado de espírito dos seus quase dez mil trabalhadores! Começa-se, de novo, dentro da TAP, a acreditar na empresa onde se trabalha! E a gostar de se executar as tarefas para que se foi contratado.

Não é impunemente que o novo Director das Relações Públicas da TAP tenha afirmado, em relação ao gigantesco trabalho, psicológico e material, da mudança de imagem e de logotipo da empresa: «Bem aventurados os trabalhadores da TAP desta geração que vêem a imagem da Companhia adaptar-se às necessidades dos mercados e da dinâmica do marketing» (!).

Algo, na verdade, acontece na TAP — AIR PORTUGAL de hoje; algo que reputamos de extremamente importante — a moralização do trabalho, a moralização dos seus trabalhadores.

QUIRINO TEIXEIRA

(!) Alfredo Vaz Pinto ao «Voz-lente», Novembro de 1970.

(2) Frederico Monteiro da Silva. Discurso no acto de posse do Conselho de Gerência, 17 de Outubro, 1977.

(3) Serra Brandão. Comunicado à imprensa depois da reunião do Conselho de Gerência, 18 de Julho, 1979.

(4) Air Transport World, «Technical Management Award» para a TAP, Janeiro, 1979.

(5) Mário Félix, Reunião com Conselho de Gerência e Directores, 1979.

CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Para esclarecimento dos interessados esclarece-se que se encontram a pagamento durante o mês de Dezembro, nas tesourarias de Finanças, as seguintes Contribuições e Impostos:

IMPOSTO COMPLEMENTAR — Seção A — ano de 1978.

IMPOSTO EXTRAORDINÁRIO — ano de 1978 (criado pelo Dec-Lei 201-A/79, de 30 de Junho de 1979).

IMPOSTOS RODOVIÁRIOS — Imposto de Circulação — ano de 1979 (4.º Trimestre).

Imposto de Compensação — ano de 1979 (4.º Trimestre).

Imposto de Camionagem — ano de 1979 (4.º Trimestre).

PARTIDAS E CHEGADAS

Tivemos o prazer de cumprimentar há dias na nossa redacção o sr. Capitão Manuel de Sousa, nosso prezado amigo e dedicado assinante em Vendas Novas.

Também esteve na nossa redacção a sr.ª D. Maria de Brito, dedicada assinante deste jornal. nos E. U. A.

Cantinho do Leitor

A propósito de...

Isto vai mal!
Aquilo vai mal!
Diz ele,
Dizes tu,
Digo eu.

Todos ouvimos,
Todos sentimos.
Gritam socialistas,
Gritam comunistas...
(Isto vai do pior)
Mas afinal,
Se sentimos o mal,
Em nosso redor!
E não o queremos,
O que fazemos?
(Para que isto melhore?)...

DIAMANTINO BARRIGA

Criança

Poema de LUIS PEREIRA

Criança que brinças no meio da estrada
Ignorando o peingo que te espreita
Que fazes dos teus brinquedos mundos mundos!
Que este mundo não respeita
Grita bem alto
A toda a gente
Que queres respeitar o teu Mundo
Faz ver a este mundo adulto e pecador
Que tu Criança
És um mundo muito maior.

O PSD e a segurança dos cidadãos

A segurança dos cidadãos requer um tratamento mais cuidadoso, do que tem tido até aqui. Face à expansão urbanística da vila de Loulé, bem como das várias localidades das freguesias do concelho, a cobertura de vigilância e manutenção da ordem, torna-se precária e insuficiente, mau grado todos os esforços com que os efectivos da GNR, PSP e Guarda Fiscal se têm esmerado ao máximo, para cumprir a sua missão.

Impõe-se que a vigilância nocturna das localidades seja intensificada, bem como da fiscalização das nossas costas marítimas.

O PSD defende um aumento de efectivos, de equipamentos e melhoria de instalações das corporações de segurança pública, e se for Câmara, fará todos os esforços e pressões que estiveram

ao seu alcance nesse sentido. Relativamente à Corporação de Bombeiros Municipais, o PSD defende a existência de um estatuto do bombeiro, e a adopção de um esquema de seguros pessoais, bem como, uma perspectiva de expansão e melhoria de instalações e equipamentos, integrada numa descentralização de serviços, a nível, se não de todas, pelo menos, e para já, numa das freguesias.

Loulé transformou-se nestes últimos anos, num autêntico canil selvagem, com grave risco para a integridade física dos louleteiros, pelas hordas de cães vadios que se passeiam impunemente, transformados, inclusivé, em agentes propagadores de infecções e doenças. Isto tem que acabar, e vai mesmo acabar!

À atenção dos nossos assinantes

Desde o início da publicação de «A Voz de Loulé» que ficou estabelecido que o pagamento das assinaturas seria feito adiantadamente. Foi uma norma bem aceite e cumprida com relativa pontualidade durante mais de 20 anos.

Aconteceu, porém, que depois do 25 de Abril, a inflação se tornou de forma galopante que desaconselhou fazer a cobrança adiantada dos recibos, pois já não é previsível saber-se se poderemos comprar amanhã uma coisa pelo mesmo preço que compramos hoje.

Daí a razão porque nos deixámos atrasar com a cobrança dos recibos.

Habitualmente ao pagamento adiantado, muitos dos nossos assinantes nos enviavam importâncias que depois ficavam desactualizadas, o que nos causa certo embaraço.

No entanto, apesar de tantas subidas e contrariedades, conseguimos manter ainda em 1979 os mesmos preços de 1977 e é por esse valor que vamos pôr à cobrança os recibos referentes ao 2.º semestre de 1979.

Devido aos elevados encargos com o serviço de cobrança pelos C. T. T., somos forçados a acrescentar 10\$00 em cada recibo a emitir.

E para que este encargo não resulte em pura perda, desde já agradecemos a todos os nossos prezados assinantes o especial favor de se esforçarem por evitar a devolução dos recibos.

Mas o nosso apelo também é dirigido muito especialmente aos nossos assinantes no estrangeiro, para quem a remessa de «A Voz de Loulé» representa hoje um pesado encargo — o grande prejuízo quando as assinaturas ficam por liquidar.

Para os nossos assinantes que queiram ter a gentileza de liquidar directamente as suas assinaturas, aí vai a tabela de preços:

SEMESTRE:

Portugal	130\$00
França	300\$00

AVIÃO:

Alemanha e Inglaterra	350\$00
U. S. A., Canadá, Austrália, Venezuela, África do Sul	420\$00

EMPREGADA PRECISA-SE

Conh. máquina. Cont. Ascota e P.O.C.

Trata Leal Branco — Telf. 52436 — Albufeira.

PRECISA-SE

Máquina de escrever comercial, 2.ª mão. Trata Leal Branco — Telf. 52436 — Albufeira.

MAIA, DIAMANTINO & NOGUEIRA, LIMITADA

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO
Notário: Licenciada Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

CERTIFICADO — para efeitos de publicação, que por escritura lavrada no dia trinta de Outubro do ano corrente, de folhas 25 a 28 v.º, do livro n.º C-61, de Notas para Escrituras Diversas, do Cartório acima indicado, foi constituída entre José Eduardo do Carmo Maia e Sousa, Aida Maria Freitas Quaresma Maia e Sousa, Diamantino dos Santos Pereira, Natália Cordeiro Martins Ferreira, Joaquim José Júdice Samora Pontes Nogueira e Maria Fernanda Rui-vinho Fantasia Nogueira, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

A Sociedade adopta a firma de «Maia, Diamantino & Cordeiro, Limitada», e tem a sua sede no sítio do Poço de Boliqueime, na freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, podendo estabelecer sucursais, agências, filiais e escritórios noutras localidades e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

ARTIGO SEGUNDO

O seu objecto consiste na exploração e comercialização de carpintaria mecânica, seralhar de alumínio, materiais de construção e análogos, podendo explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios acordem e seja permitido por lei.

ARTIGO TERCEIRO

O capital social integrante realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, é de trezentos mil escudos, e corresponde à soma de seis quotas iguais de cinquenta mil escudos, uma de cada sócio.

PARÁGRAFO ÚNICO — Em caso de necessidade haverá prestações suplementares de capital, e qualquer dos sócios poderá fazer à sociedade os suprimentos que ela carecer, nas condições que vierem a ser fixadas em Assembleia Geral.

ARTIGO QUARTO

A transmissão de quotas entre os sócios é livre, mas a sociedade em primeiro lugar, e os sócios em segundo, gozam do direito de preferência na alienação das mesmas a estranhos.

ARTIGO QUINTO

Para o exercício do direito referido no artigo anterior, deverá o sócio cedente avisar por meio de carta registada, os titulares do direito de preferência, indicando-lhe, nessa carta, as cláusulas por que se regerá a transmissão, incluindo o seu preço.

ARTIGO SEXTO

A partir de quinze dias, contados da data da recepção da carta a que se refere o artigo anterior, a Sociedade depois de deliberar em Assembleia Geral, convocada expressamente para o efeito, avisará o sócio cedente, sobre se deseja ou não preferir, na afirmativa, a escritura será celebrada nos trinta dias imediatos ao da emissão da carta confrmativa do desejo de preferir.

ARTIGO SÉTIMO

Caso a Sociedade não pretenda exercer o direito de preferência, deverá o cedente avisar por carta registada os restantes sócios, para que estes, no prazo de quinze dias, a contar da recepção da dita carta, informem qual a atitude que pretendem tomar, no caso de desejarem preferir, deve-lo-ão fazer nos trinta dias imediatos à emissão da carta onde comuniquem o desejo de o fazer.

ARTIGO OITAVO

Se o cedente não avisar a sociedade ou os sócios da alienação da sua quota, poderão estes, em conjunto, ou individualmente exercer o direito de preferência nos termos iguais gerais considerados na lei.

ARTIGO NONO

Dando-se a morte ou interdição de qualquer dos sócios, a Sociedade nem por isso se dissolve, continuando com os sócios sobreviventes ou capazes e os herdeiros ou representantes do falecido ou interdito, nomeando aqueles entre si, ou que nela os represente, enquanto a quota se mantiver indivisa.

ARTIGO DÉCIMO

A gerência da Sociedade, dispensada de caução pertence e fica a cargo dos sócios José Eduardo do Carmo Maia e Sousa, Diamantino dos Santos Pereira e Joaquim José Júdice Samora Pontes Nogueira, que desde já ficam nomeados gerentes, com ou sem remuneração, conforme

for deliberado em Assembleia Geral.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Qualquer dos gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência por meio de procuração, em quem entender.

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

Para obrigar validamente a sociedade são necessárias as assinaturas de dois gerentes, ou de um gerente e um procurador, podendo no entanto, os actos de mero expediente serem assinados por um gerente só.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

É expressamente proibido aos gerentes ou seus procuradores obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como fianças, abonações, letras de favor e outras semelhantes.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

A sociedade será representada em juízo e fora dele activa e passivamente, pelos três sócios gerentes.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

Em caso de dissolução, na falta de acordo, qualquer sócio fica com o direito de adquirir os bens da sociedade com todo o seu activo e passivo, desde que por licitação, ofereça quantia superior à oferecida pelos outros sócios, havendo acordo, todos os sócios serão os liquidatários e procederão à licitação e partilha como entre si acordarem.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Quando a lei não exigir outras formalidades as reuniões da Assembleia Geral, serão convocadas por meio de carta registada dirigida aos sócios, com dez dias de antecedência, pelo menos.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 15 de Novembro de 1979.

A Notária,
(Assinatura ilegível)

LOULEPÃO

LEMBRA À POPULAÇÃO DE LOULÉ E EM ESPECIAL AOS SEUS CLIENTES QUE AS SUAS FESTAS DE NATAL PODERÃO SER MAIS ALEGRES SE FOREM FESTEJADAS COM O JÁ FAMOSO

Bolo Rei da LOULEPÃO

AS ELEIÇÕES INTERCALARES

2 — AS DIFERENÇAS ENTRE A APU, O PS E A AD

Tanto a APU como o PS defendem, nesta fase do processo político português, a construção do mesmo tipo de sociedade — a sociedade socialista. A APU, ou seja, os comunistas, serão mais ambiciosos na fase seguinte, pois visam a implantação do comunismo em Portugal. Simplesmente, por razões estratégicas, não anunciam esse propósito porque sabem amedrontar as populações, conhecedoras como são dos regimes ditatoriais que vigoram nos países onde os Partidos Comunistas detêm o poder.

Tanto a APU como o PS são forças marxistas que, para atingirem a sociedade socialista, advoquem, no entanto, caminhos diferentes. A APU é partidária da implantação forçada do socialismo enquanto o PS pretende atingir essa meta em regime de liberdade de expressão.

Falar de socialismo em liberdade constitui hoje em dia, um grave equívoco. Não existe socialismo em liberdade em país algum do Mundo. Nos países onde vigora o socialismo não existe a liberdade. Esta só é vivida nos países democráticos que, em determinado momento da sua história, podem ser governados por partidos socialistas. No entanto, quando esses partidos pretendem pôr em prática a sua marcha para o socialismo, as populações substituem-nos no poder por partidos democrata-cristãos, conservadores, sociais democratas ou liberais. Para se poder mudar de partido governante é necessário haver um regime de liberdade de expressão ou de voto. Coisa que não acontece nos países socialistas, governados por partidos comunistas.

O QUE SIGNIFICA VOTAR NA APU?

Significa defender uma sociedade onde o poder será trinitário, silencioso e desconfiado, onde o governo tudo vigia e controla, onde as pessoas se expiam umas às outras, onde todos são funcionários públicos, onde os automóveis são apenas para os privilegiados do Partido Comunista, onde os mercados são mal abastecidos e as bichas para adquirir os produtos são intermináveis. Votar na APU significa caminhar-se para a instituição de um regime de totalitarismo absoluto onde todos os cidadãos (excepto a classe dirigente — a classe dos privilegiados) são proletários assalariados e em que o Estado é o único empresário e o único detentor de todos os bens e meios de produção.

Votar na APU é concordar com um regime que se baseia no ódio, concordar com um regime onde o indivíduo se mantém na mais estreita dependência do Estado, privando-o de toda e qualquer propriedade.

E o que significa votar no PS?

As diferenças em relação à APU são poucas.

Com efeito, os partidos socialistas pretendem a limitação dos direitos e liberdades do homem, como por exemplo, o direito de propriedade privada dos meios de produção; atentam contra o direito à vida defendendo o aborto, favorecendo a destruição da família defendendo o divórcio, asfixiam o direito de iniciativa privada pela estatização e nacionalização de sectores-chaves da economia, a que se seguirão as outras; reduzem o direito à liberdade de informação e de expressão consoante os interesses partidários (lembramo-nos do caso Sousa Tavares, para apenas fazermos deste).

Se os comunistas conseguissem uma votação significativa nas próximas eleições, teríamos oportunidade de constatar o recomeço de uma série de atropelos ao regime democrático em vigor visando veciar o processo desenvolvido a partir de 11 de

Março de 1975 através do qual se procuraria desorganizar a economia, desautorizar as autoridades, reduzir o País ao caos, contrariar os princípios morais, desrespeitar as liberdades dos outros (através de perseguições, agressões e violações da mais diversa índole).

O aumento do peso relativo do Partido Comunista na Assembleia da República é uma ameaça às liberdades dos Portugueses, é o perigoso início de um processo de bipolarização da sociedade portuguesa na qual um dos pratos da balança será o Partido Comunista, em detrimento do Partido Socialista.

Quanto a este, ao Partido Socialista, a manutenção de um expressivo resultado eleitoral em moldes que lhe permitam, em conjunto com o PC, obter a maioria absoluta na Assembleia da República significa manter-se o regime de instabilidade política

em que se tem vivido. Com efeito, a verificar-se esta situação não haveria uma força política com maioria absoluta na Assembleia da República e, na medida em que a A. D. já anunciou não fazer qualquer acordo de Governo com o PS, a este só resta a alternativa de fazer acordo, ainda que secreto, com o PC. Ao fazê-lo, quer o Presidente da República nomeie um governo PS quer no Governo de Independentes, funcionaria mais uma vez a Assembleia da República da famigerada maioria de esquerda que tanto tem bloqueado o desenvolvimento do País. O sector do Estado continuaria a dominar a economia, os cidadãos suportariam cada vez maior carga fiscal, os investidores privados continuariam atraídos, a produção estagnada, a inflação em permanente aumento, o povo Português continuamente angustiado.

Como se pode evitar esta si-

tuação?

Votando na AD. Porquê?

Porque a AD representa a mudança, a AD é o sinal de esperança de melhores dias para os Portugueses. Esta força política resulta da conjugação de esforços de três Partidos — o PSD, o CDS e o IPPM — no sentido de encontrarem soluções concretas para os graves problemas que afligem os Portugueses. Não está em causa nem a ideologia que cada um dos Partidos defende nem o seu Programa Político. Neste momento isso foi posto de lado. Todos têm uma mesma concepção de sociedade — a sociedade personalista. Neste momento não se trata de votar em Partidos mas sim de votar num Governo. Pois, Portugal precisa urgentemente de ser governado com competência, eficiência, seriedade e vontade firme de se vencer a crise que nos submerge.

A AD apresenta-se no eleito-

rado português com um programa de Governo que foi elaborado por um conjunto de reputados técnicos que, ao longo de alguns meses, o aprofundaram, visando a resolução dos problemas concretos dos Portugueses. Não é um programa improvisado nem teórico — é um programa para resolução dos nossos problemas.

Desse programa, preciso embora vasto, ambicioso embora exequível, destacam-se cinco propostas fundamentais que, a serem concretizadas, transformariam rapidamente a vivência social dos Portugueses. São elas: Combater a alta dos preços, moralizar o sistema fiscal, combater o desemprego, promover o bem-estar e garantir a segurança.

Votar na AD significa votar por Portugal. Significa a recuperação do nosso País, que foi objecto de tantas tropelias em passado recente.

JÚLIO BAPTISTA COELHO

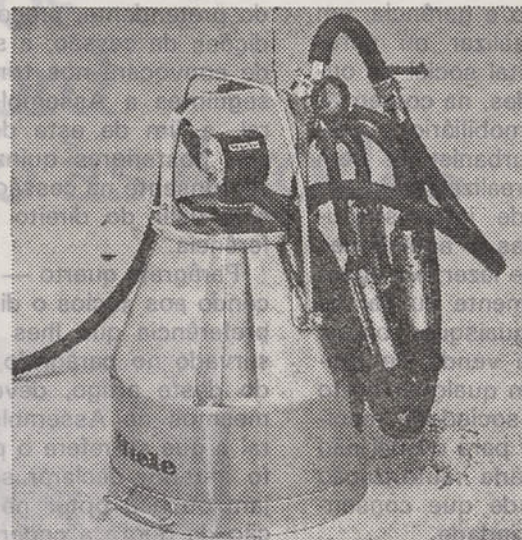
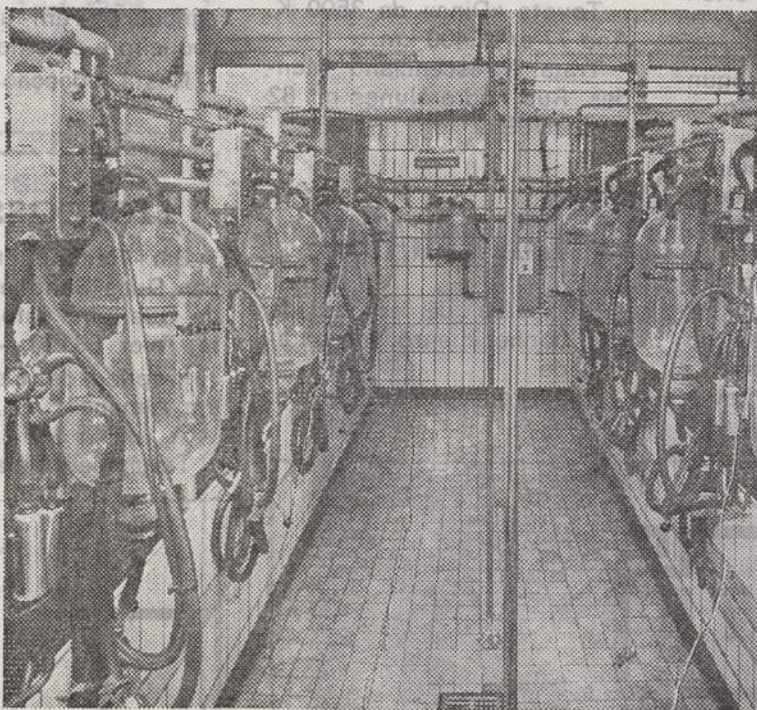
na hora da ordenha

Miele

poupa tempo, rende mais

Seja qual for a dimensão e as particularidades da sua vacaria, Miele tem sempre a solução ideal. Para a Miele, o importante é que a sua exploração leiteira atinja a maior rentabilidade.

Desde o sistema de baldes com pulsadores de membrana ou electrónico, e grupo de vácuo monofásico ou trifásico...



até à Sala de ordenha ou ordenha em estábulo, equipadas com sistemas modernos de transporte de leite, pulsação electrónica, corte automático, recolha de tetinas e lavagem automática de todos os elementos em contacto com o leite.

Miele

a solução que rende mais

Preencha e envie o cupão para:

MIELE PORTUGUESA, LDA,

Rua Reinaldo Ferreira, 31-A-C - LISBOA

VISITE OS SALÕES DE EXPOSIÇÃO MIELE E PEÇA ESCLARECIMENTOS

Lisboa: Rua Reinaldo Ferreira, 31-A-C

Porto: Rua do Campo Alegre, 636

Faro: Rua Aboim Ascensão, 66

Marque com uma cruz aquilo que lhe interessa

☐ Folheto informativo

☐ Visita de um representante

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Telef. _____

John Hamond e John Levitt, Consultores, Planeamento e Construções, Limitada

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odília Simão Cavaco e Duarte Chagas

CERTIFICADO, para efeitos de publicação, que por escritura lavrada no dia doze deste mês, de folhas 33 a 37, do livro número A-61, de Notas para Escrituras Diversas, do Cartório acima indicado, foi constituída entre John Hamond, e John Malcolm Cole Levitt, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá nos termos constantes dos artigos seguintes:

Artigo primeiro — A sociedade adopta a denominação de «John Hamond e John Levitt, Consultores, Planeamento e Construções, Limitada», e vai ter a sua sede, no sítio do Barros de Almancil, freguesia de Almancil, concelho de Loulé e durará por tempo indeterminado a partir de hoje.

Parágrafo único — A sociedade pode mudar a sua sede e estabelecer sucursais, agências, filiais e outras formas de representação em qualquer parte do território português mediante deliberação da Assembleia Geral.

Artigo segundo — O objecto da sociedade consiste na prestação de serviços de apoio e consulta a investidores nacionais e estrangeiros; na prestação de serviços de administração e gerência, em promover, realizar ou participar no capital social de outras sociedades, na comercialização de imobiliário e planeamento urbanístico; em promover e realizar o desenvolvimento de infra-estruturas destinadas a actividades turísticas e de lazer; em constituir directamente ou dar de empreitada quaisquer obras; na compra e venda de propriedades; em qualquer outro ramo que a sociedade resolva explorar e para o qual não seja necessária autorização especial, desde que consentido pela sociedade.

Artigo terceiro — O capital social é de cinquenta mil escudos, integralmente realizado em dinheiro, e correspondente à soma de duas quotas de vinte e cinco mil

escudos, cada, pertencente a cada sócio.

Parágrafo único — Podem ser efectuadas prestações suplementares sempre que a sociedade delas necessite, mediante prévia autorização da Assembleia Geral.

Parágrafo segundo — Qualquer dos sócios pode fazer à sociedade os suprimidos de que ela carecer, depois de fixados em Assembleia Geral as condições de prazo, forma de reembolso e condições de juro.

Parágrafo terceiro — O capital social poderá ser aumentado, por uma ou mais vezes, por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo quarto — É livre a cessão de quotas ou parte de quotas entre sócios.

Parágrafo primeiro — É dispensada a autorização especial da sociedade para a cessão de parte de uma quota a favor de um sócio.

Parágrafo segundo — A cessão de quotas a estranhos fica dependente do prévio consentimento da sociedade, à qual fica reservado em primeiro lugar o direito de preferência na quota alienada; se a sociedade não quiser usar esse direito, competirá ele aos sócios, dividindo-se a quota na proporção das quotas dos preferentes que exercerem esse direito.

Parágrafo terceiro — O sócio que pretender ceder a sua quota a estranhos deverá comunicá-lo à sociedade, por carta registada com aviso de recepção, indicando o nome do pretendente, preço e condições da cessão; a sociedade convocará nos trinta dias seguintes a Assembleia Geral, a fim de esta deliberar, nos posteriores quinze dias, se consente na cessão ou deseja usar do direito de preferência.

Parágrafo quarto — Pertencendo aos sócios o direito de preferência que lhes fica reservado no parágrafo segundo deste artigo, deverão os mesmos na Assembleia Geral a que se refere o parágrafo anterior declarar se desejam ou não optar na aquisição da quota a ceder.

Artigo quinto — A gerência e administração da sociedade serão exercidas pelos sócios John Hamond e John Malcolm Cole Levitt, que desde já ficam nomeados

gerentes, com dispensa de caução e com remuneração ou não for conforme for deliberado em Assembleia Geral.

Parágrafo primeiro — A sociedade obriga-se mediante a assinatura de um sócio-gerente.

Parágrafo segundo — A gerência poderá constituir mandatários da sociedade nos termos e para os efeitos do artigo duzentos e cinquenta e seis, do Código Comercial ou para quaisquer outros fins; os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência e representação social, no todo ou em parte, mediante procuração, em pessoa estranha à sociedade se para tanto forem autorizados em Assembleia Geral.

Parágrafo terceiro — É obrigatória a assinatura de dois sócios gerentes ou de um sócio gerente e mandatário do outro com consentimento expresso do mandante para o efeito, nos seguintes casos: compra e venda de imóveis, urbanização, contrato com um valor superior a dois milhões e quinhentos mil escudos, quaisquer contratos com validade superior a um ano, hipotecas sobre bens da sociedade, venda de activo da sociedade com um valor superior a um milhão de escudos, garantias prestadas a terceiros.

Parágrafo quarto — O con-

VENDE-SE

Motorizada marca V 5 c/ 1000 km.

Trata Mário José Coelho Dias, Cabeça de Águia — BOLIQUÊME. (2-1)

VENDE-SE

Toyota «Dina» de 3500 K. Ano 77 c/12.400 km.

Trata: Crescenciano Mendes. Rua Pedro Nunes n.º 82 — LOULÉ. (3-1)

EMPREGADO

Precisa-se de empregado com conhecimento de contabilidade.

Nesta redacção se informa. (2-1)

sentimento do sócio mandante ao seu mandatário poderá ser dado por via telex, ficando, porém sujeito a ratificação normal em acto logo após o seu regresso.

Artigo sexto — Em caso de falecimento, interdição ou incapacitação de algum dos sócios, a sua quota transmitir-se-á para os sócios supérstites, na proporção das respectivas participações no capital social, com a obrigação de pagar aos respectivos herdeiros a quantia representativa do valor de quinhão do de cujus, computado com base no valor de situação líquida da sociedade, incluindo reserva de reavaliação do imobili-

zado e imóveis para venda à data em que ocorrem a morte, interdição ou incapacitação do de cujus.

Artigo sétimo — Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo quarto e artigo sexto, é proibida a divisão de quotas.

Artigo oitavo — Os lucros líquidos da sociedade deduzido que seja o fundo de reserva legal, serão distribuídos ou retidos conforme deliberação da Assembleia Geral.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 19 de Novembro de 1979.

A Notária,
(Assinatura ilegível)

O PSD e o Turismo no Concelho de Loulé

Loulé, é já um concelho com forte componente turístico. Um turismo exclusivamente virado para o litoral. Entendemos, que se deve continuar aberto à implantação de novas unidades turísticas, de novos investimentos privados. Mas, procurar-se-á também, encaminhar as benesses do turismo, um pouco no sentido do interior do concelho de Loulé, onde existem potencialidades ainda por explorar. A realização de uma Feira de Artesanato, em Alentejo, durante os meses de Verão, a par com a criação de uma Pousada, de iniciativa privada, mas que servisse não só o turismo, como também a população, além da sugestão de bonitos passeios às grutas da freguesia, poderiam criar um pólo descentralizador. Competirá à Câmara, fazer sentir junto das entidades que superintendem no turismo, esta linha de acção. A Lagoa da Benémola e as grutas de Querença, zonas de caça e pesca no Ameixial, as fantásticas potencialidades espeleológicas e panorâmicas de Sa-

lir, levam-nos a acreditar, de que muito ainda está por fazer. Por fazer, por exemplo, até no própria freguesia de Almancil, onde a Capela de S. Lourenço, possuidora de um interior de azulejos quase únicos em toda a Europa, não está convenientemente aproveitada turisticamente, e aberta ao público. Porque não Loulé, ainda hoje sem dispor de um hotel ou uma residencial com um mínimo de estrelato, para quem nos visita e deseja ficar por algum tempo?

VENDE-SE

Terreno de regadio, com 10.120 m2. Sítio dos Virgílios (entre Faro e Olhão), com 100 m de frente para uma rua já electrificada. Tratar Tel.

MORADIA

Vende-se uma moradia, no centro da Vila, com rés-do-chão e 1.º andar (8 divisões). De construção recente. Com chave na mão.

Tratar pelo Telef. 62023 — LOULÉ. (3-3)

CASA

Vende-se uma propriedade a 2 Km da vila, com casas de habitação e dependências agrícolas. Tem arvoredo de sequeiro e electricidade.

Nesta redacção se informa. (6-3)

Trespasa-se

Bar - Restaurante, próximo das Duas Sentinelas, estrada de Quarteira. Informa Rocheta, Telef. 63123 — LOULÉ.

Propriedade bem situada em Almancil.

Tratar pelo Telef. 62979.

DROGARIA

Por motivo retirada, passa-se uma drograria na Rua Vasco da Gama, 51 em Quarteira. Bem localizada e com boa freguesia. Bom preço.

Trata o próprio. (3-3)



SOCIEDADE DE ESTRUTURAS METÁLICAS DO NORTE, S. A. R. L.

- Divisórias Amovíveis SONORTE
- Tectos Falsos SONOR
- Portas de Fole ACORDIAL
- Elementos Triangulares PAL (p/ andaimes e cofragens)

TRABALHOS DE CARPINTARIA

Av. Infante Santo, 66-C * 1300 LISBOA * Tel. 60 00 82 - 67 41 58 - 67 67 05

AGÊNCIA FUNERÁRIA

ROSÁRIO

Com gerência

de **JOÃO C. B. GUERREIRO**

FUNERAIS E TRANSLADAÇÕES PARA O PAÍS E ESTRANGEIRO

TELEF. 62271

P. D. AFONSO III

LOULÉ

(3-1)

O PPD/PSD É A ALTERNATIVA CAPAZ DE DERRUBAR A MAIORIA DE ESQUERDA DA CÂMARA DE LOULÉ

(Continuação da pag. 1)
afrenta o físico. Em política local, tudo se passa diferentemente. Aqui, interessa-lhe saber porque razão foi a água ou a luz para aquele sítio, e não veio para este? Porque razão se atendem as reivindicações destes porque votaram socialista, e porque razão não se atendem aqueles, que votaram social democrata. Porque razão uns podem construir assim, e outros só podem construir assado? Porque razão só se arranjam empregos para os amigos políticos?

Fundamentalmente, o município, será sempre um insatisfeito. Para ele, haverá sempre algo de mal, e algo para fazer. Ainda bem que assim é. Mas, sendo assim, o município gostará, e exigirá, que as suas exigências sejam tratadas em pé de igualdade entre todos. O município gostará de se dirigir aos responsáveis de uma Câmara Municipal, e não ser tratado com aspereza e ares de superioridade, em contraste com os tratamentos afáveis para outros. O município não gostará de ser enteadado lado a lado com outros que são filhos. É para todos estes factores que os municípios reparam, e chegam necessariamente à conclusão de que muita coisa tem que mudar. Não só a nível geral do País, como neste caso específico, no concelho de Loulé.

Falar-se em mudança no concelho de Loulé, apontar-se um grupo de cidadãos capazes, dispostos a colaborar nessa mudança com qualidade e competência, é invariavelmente apontar para as listas do PPD/PSD.

Sem denigação, sem sectarismo, sem deformações, e também sem melindre para qualquer dos candidatos de qualquer das listas, a verdade é que todo o município louletano que, em consciência analise as diferentes formações políticas concorrentes à Câmara, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia do concelho de Loulé, só poderá muito honestamente, chegar à conclusão de que o PPD/PSD é sem dúvida o melhor apetrechado para merecer a confiança dos louletanos. Não por-

que os seus candidatos sejam a suma perfeição, ou isentos de defeitos.

Ninguém é perfeito! Mas porque formam, na sua totalidade, no seu conjunto, uma equipa bastante homogênea de valores, onde se misturam a capacidade com a simpatia, a experiência com a juventude, a honestidade e a aceitação. Estão ali pessoas, que têm dedicado muito da sua vida ao bem e ao progresso do concelho de Loulé. É por isso que avalizam, pela esperança que prometem, que os candidatos sociais democratas se tornam, em Loulé, na alternativa capaz de derrubar a maioria de esquerda na Câmara de Loulé, mesmo para aqueles que, não sendo sociais democratas, queiram realmente, apear os socialistas e os comunistas do poder local. É o chamado voto útil. Quando se fala em derrubar, não se tome o significado da palavra em termos de violência, de expulsão, de enxovalho, de amesquinha-mento. O civismo acima de tudo, e a dignidade humana, deverão ponderar a actuação dos possíveis sucessores da maioria de esquerda. É essa lição de democracia que estes precisam de aprender. O voto será a nossa arma!

S. A.

VENDE-SE

Um carro Austin a gasóleo c/ 4 portas, em bom estado. Trata Virgílio Marum Costa, Rua Gonçalo Velho — Telfs.: 65122 e 65765 — Quarteira.

LUÍS PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Pires Correia,
n.º 31 — Telef. 62406
LOULÉ

Aniversário da «Voz de Loulé»

(Continuação da pag. 1)
mação. A notícia. A opinião. Eu não serei a voz da criatura desfalecida, como escritor não finjo, como jornalista não desisto. No âmago das veias propaga-se o bairrismo, o patritotismo, a esperança. Desagradável seria se defendemos dos inimigos, dos que exageram os vocábulos e o nosso emblema fosse a calúnia ou a acusação. Apenas nos não aceitam o diálogo e o entendimento. A nossa vontade é um amigo. O sentimento da dignidade, a consciência do valor do ser humano é respondermos aos desinteressados e aos indiferentes.

Fiéis ao pluralismo de ideias, lutando por um Portugal Renovado, defendendo os interesses da região e do País, temos procurado sempre o sentido do equilíbrio, analisando os factos com isenção, independentes na nossa personalidade, longe dos dogmas e das imposições. Do director ao mais simples colaborador houve a preocupação de prestigiar o nome de Loulé. Um sentimento moral que compreende o sentimento de uma obrigação ou dever. Conscientes das questões que há a resolver no Concelho, assumimos um compromisso, sem encolhermos os ombros, apontamos os erros e os principais responsáveis, intervindo como democratas, na vida pública. Os leitores poderão responder se cumprimos ou não a nossa missão. Numa época em que pouco ou nada está clarificado, fomos rigorosos

para não nos enganarmos a nós próprios. Não é por mera coincidência que fazemos anos no dia da Libertação: o 1.º de Dezembro. Vésperas de eleições. Desejosos de uma MUDANÇA autêntica. De uma RESTAURAÇÃO perfeita. A nossa luta é pela Liberdade. A nossa razão de viver é o Homem. Seriedade. Dedicção. Honestidade. Três propriedades que nos têm unido no caminho comum: o caminho da Paz e do Progresso. O caminho que os Portugueses irão escolher em 2 de Dezembro. A verdadeira MUDANÇA democrática

ca e patriótica, conscientes de que somos ocidentais e pertencemos à Europa livre.

Um abraço amigo para os nossos leitores, para todos os que acreditam na nossa firmeza e na nossa persistência. «A Voz de Loulé» vai continuar mais cheia, de alma e de patriotismo, a bater-se pela liberdade de cada cidadão, pela imprensa livre, pela informação verdadeira e pela notícia certa.

Vamos procurar mais amigos na hora da mudança.

Luís Pereira

APARTAMENTOS E TERRENOS

ALUGAM-SE E VENDEM-SE APARTAMENTOS
E TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO E AGRICULTURA.

TRATAR COM CONCEIÇÃO FARRAJOTA, RUA
D. AFONSO III - R/C, Fte. — QUARTEIRA, OU PELO
TELEF. 65852 (das 20-22 h.).

(6-3)

Obtenha maior rendimento com os novos Tractores Ford com tracção às 4 rodas



FORD. A FORÇA AO SERVIÇO DA LAVOURA

Em condições de trabalho difíceis os tractores Ford de duas rodas motoras têm um excelente poder de tracção graças aos seus potentes motores, robustas transmissões e boa distribuição de peso.

Agora para condições de trabalho particularmente difíceis, a Ford oferece-lhe uma gama de tractores de 67 HP a 127 HP com tracção às quatro rodas.

Veja os tractores Ford com tracção às 4 rodas no concessionário da sua área.

TRACTORES FORD. UMA EQUIPA DE TRABALHADORES INCANSÁVEIS.
COM MAIS DE 60 ANOS DE EXPERIÊNCIA.

FOMENTO INDUSTRIAL
E AGRÍCOLA DO ALGARVE, LDA.
Largo de S. Luís - Telef. 23061/4
8000 FARO



A QUALIDADE QUE VOCÊ EXIGE

está agora ao seu alcance

Galerias Pinto Gago, Lda.

Um novo estabelecimento ao serviço do
BOM GOSTO DECORATIVO

ESPECIALIZADA EM:

Móveis Clássicos * Mobiliário de Jardim * Grande
diversidade em Móveis de Bambú * Tapeçarias
Decorativas * Carpetes de Arraiolos
Candeeiros * etc.

— TUDO PARA O SEU LAR —

Nas Galerias PINTO GAGO, LDA.

Vale da Venda - Telef. 28588 - Estrada 125 - FARO
(6-4)

CANDIDATOS DO PPD/PSD à Câmara de Loulé

Eng.º Júlio Cristóvão Mealha — Eng.º electrotécnico e professor do ensino básico, 54 anos de idade, natural de Almansil e residente em Loulé;

Dr. José Manuel Mendes Bota — Economista, jornalista, 24 anos de idade, natural de S. Sebastião, residente em Loulé;

José Teixeira Coelho (Pires) — Industrial de camionagem, 64 anos de idade, natural de Salir, residente em Loulé. Vereador da Câmara Municipal em exercício;

Dr.ª Maria Odete Guerreiro — Licenciada em Românicas, professora do ensino básico, 31 anos de idade, residente em Querença;

Celestino Barros Viegas — Ajudante técnico de farmácia, 37 anos de idade, residente em Loulé;

José Faisca da Fonseca — Empregado de escritório, 30 anos de idade, residente em Loulé;

Manuel Bota Espadinha — Industrial de hotelaria, 44 anos de idade, residente em Quarteira;

Daniel Gonçalves Arroja — Professor do ensino básico, 28 anos de idade, residente em Boliqueime;

José António Cavaco — Eng.º agrônomo, natural e residente em Salir;

Alfredo Jesus Guerreiro — Industrial de hotelaria, 44 anos de idade, residente em Quarteira.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Dr. Cristóvão Norte — Advogado e deputado à Assembleia da República, 39 anos de idade, natural e residente em Almansil;

José Pereira Pires — Construtor civil, 42 anos de idade, natural de Loulé;

Grupo da África do Sul visitou o Algarve

Trinta e cinco individualidades da República da África do Sul, entre os quais 9 membros do Parlamento e dirigentes do «Diretório Português» deslocaram-se ao Algarve no âmbito de uma visita que efectuaram ao nosso País.

O grupo, que em Lisboa, fôra recebido pelos srs. Presidente da República e Presidente da Assembleia da República, teve o ensejo de contactar com as potencialidades turísticas e desenvolvimento do sector no Sul de Portugal.

Pela sua influência quer junto da população autóctone como dos emigrantes (são muitas as centenas de milhares de portugueses a radicados) estas personalidades podem dar um importante contributo ao incremento da corrente turística, bem como a investimentos.

A visita ao Algarve, que teve o apoio da Comissão Regional de Turismo e a colaboração de várias entidades, decorreu em clima de grande «hospitalidade e franco acolhimento» e estendeu-se a vários locais, designadamente a Albufeira (A'deja das Açoteias), Vilamoura, Vale do Lobo, Armação de Pera (Viking), etc., compreendendo também uma exibição de danças e cantares a cargo de um agrupamento folclórico algarvio.

Dr. Luís Pontes — Advogado e agricultor, 29 anos de idade, natural e residente em Boliqueime;

Manuel Bota Espadinha — Industrial de hotelaria, 44 anos de idade, residente em Quarteira;

José Farrajota Martins — Comerciante, 46 anos de idade, natural e residente em Loulé. Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião em exercício;

Manuel Faria — Motorista, 58 anos de idade, residente em Quarteira;

António da Silva Soares — Industrial, 45 anos de idade, residente em Boliqueime;

António Barnabé — Profissional de golfe, 37 anos de idade, residente em Quarteira;

Celestino Barros Viegas — Ajudante técnico de farmácia, 37 anos de idade, residente em Loulé;

António Manuel Inês Fangeiro — Eng.º técnico agrário, 52 anos de idade, residente em Loulé;

José Sousa Silva — Residente em Salir;

José António Guerreiro Cavaco — Eng.º agrônomo, residente na Tor;

Henrique Manuel Gomes Fantasia — Empregado bancário, residente em Boliqueime;

Pedro Paraíso Martins — Professor do ensino básico, 28 anos de idade, residente em Alte;

António Laginha Ramos — Comerciante, 50 anos de idade, natural e residente em Loulé;

Cristóvão Guerreiro Gonçalves — Agricultor, 49 anos de idade, residente na Alfaiateira;

Túlio Bento Seruca — Comerciante, 36 anos de idade, residente em Loulé;

Mamede Nunes Coelho — Mediador de seguros, 35 anos de idade, residente em Loulé;

Rosa Nidia Guerreiro — Profissional de hotelaria, 47 anos de idade, residente em Quarteira;

Alfredo Jesus Guerreiro — Industrial de hotelaria, 44 anos de idade, residente em Quarteira;

Manuel Filipe Costa — Agricultor, 52 anos de idade, natural e residente na Estação de Loulé;

Joaquim Gonçalves Ferreira — Chefe de pessoal, 37 anos de idade, residente em Quarteira;

João André Carnide — Canalizador, residente em Loulé;

Helder Gonçalves Apolónia — Agricultor, 28 anos de idade, residente nas Benfarras;

José Madeira Lopes — Agricultor, 36 anos de idade, residente em Vale d'Águas;

Vitor Manuel Coelho — Relojoeiro, residente em Boliqueime;

Rui de Sousa Domingos — Eng.º agrônomo, 28 anos de idade, residente no Parragil;

Vivaldo Mendes Viegas — Industrial, 54 anos de idade, residente em Loulé;

Américo Guerreiro Amado — Comerciante, 55 anos de idade, residente em Loulé;

Manuel Silva Faisca — Comerciante, 57 anos de idade, residente em Loulé;

Octávio José Martins — Talhante, 52 anos de idade, residente em Loulé;

Daniel Silva Coelho — Agricultor, residente em Tor;

António Martins Campina — Natural e residente em Loulé;

Joaquim Manuel da Silva — Construtor civil, residente na Franqueada;

João Simões dos Santos — Construtor civil, 45 anos de idade, residente em Loulé;

José Correia Garrocho — Pedreiro, 63 anos de idade, residente em Loulé;



Da esquerda para a direita, em terceiro plano, representantes das Freguesias: José Coelho (Quarteira), Arlindo Viegas (Quarteira), José Farias (Almansil), José Lima (Almansil), Jorge Coelho (Boliqueime), Primo Dias (Boliqueime), Eng.º Rui Domingos (S. Sebastião), Manuel Glossos (S. Sebastião), José Inácio Coelho (S. Clemente), Manuel Filipe Laginha (S. Clemente), Capitão António Farias (Querença), José Mestre (Alte) e Martinho Afonso (Alte). Faltam os representantes de Salir e Ameixial. Em segundo plano, alguns candidatos à Assembleia Municipal: Dr. Cristóvão Norte, José Pereira Pires, Dr. Luís Pontes, Bota Espadinha, Tony Barnabé, José Farrajota Martins, Manuel Costa e António Soares. Em primeiro plano, os cinco primeiros candidatos à Câmara Municipal Dr.ª Odete Guerreiro, Dr. José Mendes Bota, Eng.º Júlio Cristóvão Mealha, José Teixeira Coelho (Pires) e Celestino Barros Viegas.

Manuel Coelho da Silva — Pintor, 39 anos de idade, residente em Querença.

José Correia de Sousa; Carlos Martins Pontes — Carpinteiro, residente em Loulé;

José Inácio Coelho — Comerciante, 59 anos de idade, residente em Loulé;

Manuel Filipe Laginha — Comerciante e agricultor, residente em Loulé;

Primo Sousa Pereira — Comerciante e agricultor, residente nas Benfarras;

Valdemiro Pereira Gonçalves — Agricultor, residente em Boliqueime;

António Martins Mendes; Vital Silva Custódio; José Matias Machado.

CABEÇAS DE LISTA DO PPD/PSD PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LOULÉ

S. Sebastião — Eng.º Rui Manuel de Sousa Domingos — Eng.º Agrônomo.

Salir — Dr. Manuel Guerreiro Alexandre — Médico.

Querença — Capitão António da Silva Faria.

S. Clemente — Manuel Filipe Laginha — Comerciante.

Almansil — 1.º Sargento José dos Santos Farias.

Alte — Martinho Guerreiro Afonso — reformado da P.S.P. Boliqueime — Jorge Manuel Dias Coelho — carteiro. Quarteira — José Coelho. Ameixial — Custóio Brás Sousa.

A MÃO INOCENTE E A INCONSCIÊNCIA DE QUEM PASSA

Crónica de LUIS PEREIRA

Uma nuvem pesada neste «Céu» das consciências tão socialistas, tão benfazejas, tão humanas e democratas!...

A Criança, agonizante, cabibaixa, embrulhada no poço social estende a mãozinha. Não quer um bolo, pede uma moeda, habituou-se a olhar para uma coroa. O nariz afilado aponta na escuridão das discriminações sociais, pestanejando uma esmola, a Criança tão pequenina já lhe dói o coração do Destino. Assim na rua de gente deserta, a Criança angustiada do quotidiano, passa na sua fatalidade em frente dos indiferentes do seu Ano Internacional...

O Chão é movediço a seus pés, na parede um cartaz «salvador» do mundo, uma estranha forma de olhar o Mundo das Crianças. Fechadas na pobreza de pedirem... quando, afinal, esse Patrão das igualdades e da justiça, o Estado da Disciplina, não dá dois passos para integrar a Criança pobre e desprotegida. Nem Escolas, Nem Creches e Infantários. Nem Ensino nem Educação.

Mas quanto dinheiro se esbanja em reuniões, confraternizações e jantares de políticos sonolentos?

A Criança rompe o ventre da Mãe e vem crescer numa existência negra. Sem naco de pão, na tristeza funda de uma roupa suja, uma cara de penitência, um desespero a quem os Senhores não dão o remédio. Por mais socialistas que se apresentem, por mais igualitários e justos...

A Solidão contemplada comovemo o peito. Mas não posso fazer nada. Sou um incompreendido na brutalidade do materialismo que se estende. Apenas enforco a caneta nos dedos e escrevo o que sinto na alma. E que mal há nisso? Primo o gatilho da minha prosa porque não posso suportar a ganância dos que esquecem um ser que começa a pedir desde a tenra idade. Será que nasceu para levar uma Vida de mão estendida quando se gastam milhões em armas e verbalmente se ergue uma Paz defunta?

Os passos da Criança são passos de gente, de gente muito grande! Desço à fundura dos meus sentimentos para não engolir as farsas dos Anos Internacionais disto ou daquilo. Dia

a dia eu vejo o retrato da mãozinha pedinte...

A Criança não tem culpa de semelhante miséria. Ou será que a Sociedade a quer transformar numa vítima indefesa? Quantos doentes sem hospital, sem remédios, sem nada? Quantos sem casa, sem higiene, sem conforto e carinho? Quantos sem escola, sem educação, sem ensino?

Mas, durante uns minutos de um Padre-Nosso Político, promete-se tudo à Criança. Vergonhosamente gastam-se panfletos, tinta, cassetes, propagandeia-se aos altifalantes e, na rua, no café, às portas dos edifícios, uma Criança engelhada, despida e de olhos enterrados, estende uma mãozinha humilde... a mão inocente e a inconsciência de quem passa!

Congresso Internacional de Patologia Respiratória reúne no Algarve

Organizado pela Sociedade Portuguesa de Patologia Respiratória e Capítulo Português do ACCP (American College of Chest Physicians), com a colaboração de várias entidades, entre as quais a Comissão Regional de Turismo do Algarve, vai decorrer, de 5 a 7 de Dezembro, no Hotel Montechoro, em Albufeira, o Congresso Internacional de Patologia respiratória.

Estarão presentes mais de três

centenas de participantes de várias nacionalidades, sendo coordenadores dos quatro temas em discussão os professores Roberto Cordeiro, Thomé Villar, Machado Macedo e Ramiro Ávila.

A margem das sessões científicas estão programadas várias actividades sociais, entre as quais um «Sarau Cultural» no Teatro Leões, em Faro, na noite de 6 de Dezembro e visitas a vários locais do Algarve.